

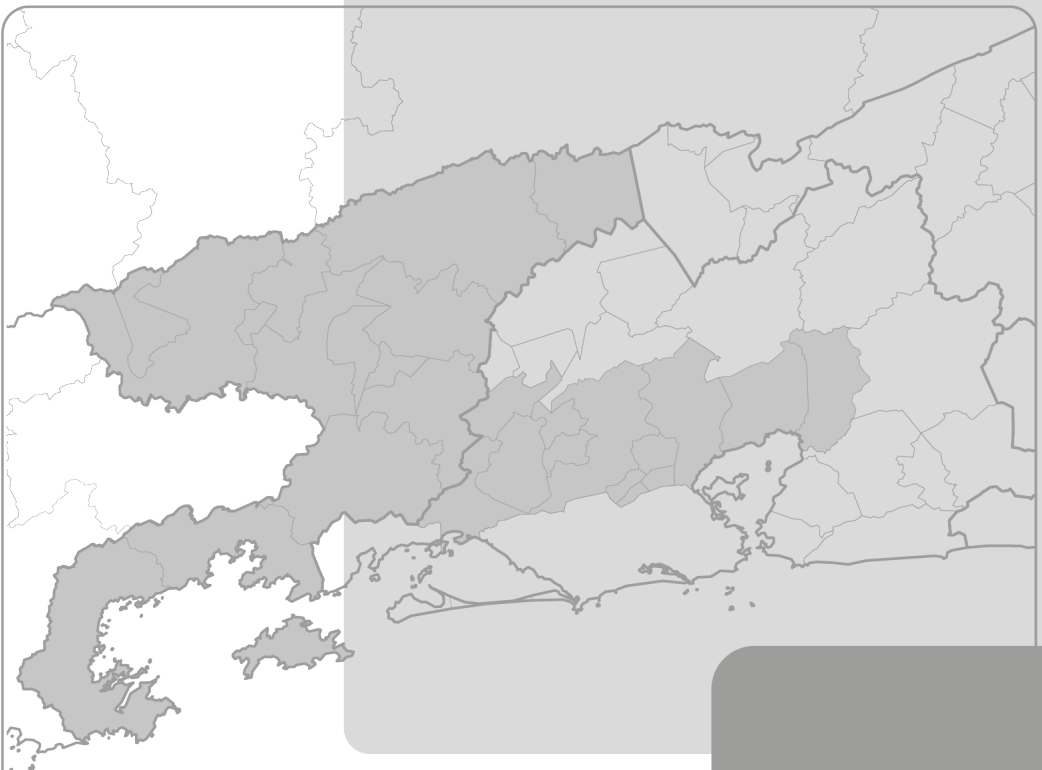
# 10 anos do Fórum de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense

Márcia Denise Pletsch  
Daniele Francisco de Araújo  
Carline Santos Borges  
ORGANIZADORAS



# 10 anos do Fórum de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense

Márcia Denise Pletsch  
Daniele Francisco de Araújo  
Carline Santos Borges  
ORGANIZADORAS



Copyright © 2026 Encontrografia Editora.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização da editora.

**EDITOR CIENTÍFICO**

Décio Nascimento Guimarães

**EDITORA ADJUNTA**

Carolina Gonçalves Caldas

**DESIGN**

Diagramação: Nadini Mádhava

Design de capa: Nadini Mádhava

Foto de capa: Wikipedia.org

**REVISÃO**

Alexi Ravi Virgínia (Estagiário)

Paula Vigneron (Supervisora)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

10 anos do Fórum de Educação Especial na  
Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada  
e Sul Fluminense / Márcia Denise Pletsch,  
Daniele Francisco de Araújo, Carline Santos  
Borges (organizadoras). -- Campos dos  
Goytacazes, RJ : Encontrografia Editora, 2026.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5456-170-9

1. Artigos - Coletâneas 2. Educação inclusiva -  
Rio de Janeiro (RJ) 3. Fórum Permanente de Educação  
Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva  
da Baixada e Sul Fluminense 4. Inclusão social  
5. Políticas educacionais I. Pletsch, Márcia  
Denise. II. Araújo, Daniele Francisco de.  
III. Borges, Carline Santos.

26-346758.0

CDD-371.9098153

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Rio de Janeiro : Estado : Educação inclusiva  
371.9098153

Cibebe Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9

**encontrografia**

**ENCONTROGRAFIA EDITORA COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE LTDA**

Av. Alberto Torres, 371 - Sala 1101, Centro

Campos dos Goytacazes, RJ, 28035-581 | Tel: (22) 2030-7746

www.encontrografia.com | editora@encontrografia.com

# Comitê científico/editorial

- Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
- Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)
- Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai – MPMA (BRASIL)
- Prof. Dr. Daniel González – UNIVERSIDAD DE GRANADA (ESPANHA)
- Prof. Dr. Décio Nascimento Guimarães - IFF (BRASIL)
- Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo – UFES (BRASIL)
- Prof. Dr. Eduardo Shimoda – UCAM (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Emilene Coco dos Santos – IFES (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Alvarenga Rangel – UFES (BRASIL)
- Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – UNIR (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Luísa de Miranda Cardoso – IFRS (BRASIL)
- Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho – UFSC (BRASIL)
- Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon – FAFIA (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Pessin - UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes – UFRPE (BRASIL)
- Prof. Dr. Javier Vergara Núñez – UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)
- Prof. Dr. José Antonio Torres González – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth Vetis Zaganelli – UFES (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Vergara Fregoso – UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Teles Alvaro – IFRJ (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães – UFRN (BRASIL)
- Prof. Dr. Rogério Drago – UFES (BRASIL)
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shirlena Campos de Souza Amaral – UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Wilson Madeira Filho – UFF (BRASIL)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.



# Sumário

**Apresentação . . . . . 9**

**10 anos do Fórum de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Sul e na Baixada Fluminense . . . . . 13**

**CEMAE de Barra Mansa: a tua ação faz a diferença. . . . . 17**

Cecilia Maria Lucio Pacheco  
Neusa Maria Santos Sá  
Jorgeane Pançardes Guimarães Estevam

**Da CEE ao DAIE: reconhecimento, resistência e inclusão na rede educacional do município de Duque de Caxias . . . . . 40**

Renata Souza Vogas de Lima  
Edna Inácio da Silva e Silva

**Ações Pedagógicas Inclusivas na Educação Municipal de Guapimirim/RJ . . . . . 56**

Sônia Moreira Araújo Paes

**Educação Especial no município de Japeri: aprendendo com as diferenças . . . . . 68**

Danielle Pavier Nalin Firmino  
Fernanda Papini Lima  
Fernanda Carvalho da Silva  
Mariana Vasques Azevedo

**Políticas de Educação Especial e Inclusiva no município de Miguel Pereira: desafios e possibilidades . . . . . 81**

Claudia da Costa Machado  
Juliana Monsores Furtado dos Santos

**A estrutura e o funcionamento da Educação Especial em Paty do Alferes/RJ . . . . . 90**

Moisés Pires Teixeira  
Vânia Cláudia da Silva Castro  
David de Mello Silva  
Cristiane Ramos da Costa

**Seropédica e a construção coletiva de uma Educação Especial Inclusiva: parcerias e práticas transformadoras . . . . . 102**

Marciel Falcão Pequeno  
Henrique Cabral Pereira  
Josely Cristina Telles

# Apresentação

10 anos do Fórum de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense celebra uma década de construção de políticas públicas, debates, ações pedagógicas inclusivas, articulação entre escola, sistema e universidade, bem como de trocas de experiências entre os municípios da Baixada e Sul Fluminense.

O Fórum Permanente fortalece as relações intermunicipais no campo da gestão educacional, das políticas de Educação Especial e do diálogo constante com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sabe-se que os cargos de gestão municipal não são permanentes e que, muitas vezes, a falta de continuidade das políticas e ações fragiliza as redes municipais de ensino. Acreditamos que esse seja um dos pontos fundantes da existência do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Baixada e Sul Fluminense, uma vez que ele contribui para a ajuda mútua entre os gestores e para a continuidade dos debates contemporâneos no campo da Educação, particularmente da Educação Especial, em temas ainda não superados.

A presente obra apresenta o crescimento e as políticas de Educação Especial instituídas e praticadas pelas redes municipais da Baixada e Sul Fluminense ao longo desses dez anos. É motivo de grande orgulho apresentar,

por meio deste livro, artigos de gestores(as) e ex-gestores(as) de Educação Especial de diferentes municípios que compõem ou compuseram o Fórum nesse período.

O artigo *CEMAE de Barra Mansa em atuação: a tua ação faz a diferença*, de autoria de Cecília Maria Lúcio Pacheco, Neusa Maria Santos Sá e Jorgeane Pançardes Guimarães Estevam, apresenta o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CEMAE) de Barra Mansa, sua estrutura e organização, na busca por superar a exclusão e promover a implementação e o apoio à inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dificuldades acentuadas de aprendizagem. O CEMAE organiza espaços e ações que auxiliam o desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem, por meio da oferta de serviços e apoios que complementam a formação na rede regular de ensino, em consonância com o arcabouço legal vigente.

As autoras Renata Souza Vogas de Lima e Edna Inácio da Silva e Silva, no artigo *Da CEE ao DAIE: reconhecimento, resistência e inclusão na rede educacional do município de Duque de Caxias*, descrevem um recorte recente da trajetória da Educação Especial na rede pública de ensino de Duque de Caxias, no período de 2017 a 2025. O texto destaca não apenas os principais marcos estruturais e dados oficiais, mas também os avanços na formação profissional, as parcerias, as práticas pedagógicas inovadoras, os enfrentamentos éticos e as ações interseoriais construídas a partir dos territórios, compreendidas como dispositivos de resistência frente às desigualdades e aos mecanismos de exclusão educacional no lócus municipal.

Já o artigo *Ações Pedagógicas Inclusivas na Educação Municipal de Guapimirim/RJ*, de autoria de Sônia Moreira Araújo Paes, evidencia as políticas e práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas na Educação Especial do município de Guapimirim. O texto destaca os avanços mais expressivos ocorridos a partir de 2016, especialmente com a ampliação das Salas de Recursos e de outras ações da gestão de Educação Especial, voltadas ao fortalecimento da inclusão escolar na rede municipal.

No artigo *Educação Especial no município de Japeri: aprendendo com as diferenças*, de autoria de Danielle Pavier Nalin Firmino, Fernanda Carvalho da Silva e Mariana Vasques Azevedo, são apresentados a organização, o funcionamento e os atendimentos do Centro Multiprofissional de Atendimento Especializado do município de Japeri. As autoras ressaltam a relevância das discussões construídas coletivamente no Fórum, por possibilitarem a reflexão sobre caminhos possíveis e a construção de políticas públicas comprometidas com uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva.

Em *Políticas de Educação Especial e Inclusiva no município de Miguel Pereira: desafios e possibilidades*, de Claudia da Costa Machado e Juliana Monsores Furtado dos Santos, busca-se compreender e refletir sobre a organização das políticas públicas de Educação Especial e Inclusiva na rede municipal de Miguel Pereira, à luz de Stephen Ball. As autoras partem do entendimento de que as políticas não são meramente implementadas, mas atuadas conforme os contextos em que se inserem, evidenciando desafios e possibilidades frente às demandas da inclusão no município.

Na mesma direção, o artigo *A estrutura e o funcionamento da Educação Especial em Paty do Alferes*, de autoria de Moisés Pires Teixeira, Vânia Cláudia da Silva Castro, David de Mello Silva e Cristiane Ramos da Costa, resulta de uma revisão colaborativa sobre o processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência na rede pública de ensino de Paty do Alferes, no período de 2020 a 2024. O estudo objetivou analisar a estrutura e o funcionamento da Educação Especial e Inclusiva na Educação Básica do município, por meio de revisão documental de práticas escolares e legislações municipais pertinentes à temática.

Por sua vez, Marciel Falcão Pequeno, Henrique Cabral Pereira e Josely Cristina Telles, no artigo *Seropédica e a construção coletiva de uma Educação Especial Inclusiva: parcerias e práticas transformadoras*, apresentam um panorama da Educação Especial no município de Seropédica, com ênfase nas práticas pedagógicas desenvolvidas, nos suportes oferecidos e na relevância da articulação interinstitucional para a consolidação de políticas inclusivas. A experiência acumulada ao longo dos últimos anos

evidencia o potencial transformador da atuação em rede, conforme propõe o Fórum Permanente.

Nessa perspectiva de trabalho coletivo voltado à inclusão escolar do público da Educação Especial, convidamos os leitores e as leitoras a uma reflexão ampliada sobre a implementação de políticas educacionais com foco nessa modalidade, visando pensar e agir em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Desejamos que esta obra contribua para que profissionais da Educação, que atuam direta ou indiretamente com pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades e/ou superdotação, busquem alternativas inclusivas e intersetoriais fundamentadas na colaboração e na emancipação humana.

**Carline Santos Borges**

Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Membra do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação  
Inclusiva do Sul e da Baixada Fluminense  
Presidenta do Fórum Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Educação  
Inclusiva do Rio de Janeiro

**Daniele Araújo Francisco de Araújo**

Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Membro do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação  
Inclusiva do Sul e da Baixada Fluminense

# 10 anos do Fórum de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Sul e na Baixada Fluminense

Em 2015, no âmbito do projeto *A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem*, financiado pelo Programa Observatório da Educação da Capes (2013–2017), processo 23038.002590/2013–14, foi criado o Fórum de Educação Especial numa perspectiva inclusiva da Baixada Fluminense. Em 2015, o Fórum foi registrado como atividade permanente de extensão na Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Estavam presentes na reunião de criação integrantes do Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE), cinco gestoras de Educação Especial de redes de ensino da Baixada Fluminense e a Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Flávia Faissal de Souza da UERJ *Campus* Duque de Caxias.

A criação do fórum foi muito importante para desenvolver as atividades de pesquisa do projeto, primeiro em rede, coordenado pelo ObEE numa parceria com as Professoras Geovana Mendes, da UDESC, e Regina Hostins, da UNIVALI. A pesquisa foi realizada em 11 redes de ensino (6 no RJ e 5 em SC) e tinha como foco a análise da escolarização de pessoas com

deficiência matriculadas em turmas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Mendes; Pletsch; Hostins, 2019; Pletsch; Souza, 2015).

No ano de 2020, duas redes do Sul Fluminense solicitaram adesão e, hoje, o Fórum conta com a participação de gestoras(es) de Educação Especial de 12 Redes Municipais de Educação, além de pesquisadoras(es) da área de Educação Especial da UFRRJ.

O Fórum tem sido um espaço coletivo importante para discutir políticas, práticas, mas, sobretudo, atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo ObEE, as quais têm sido elaboradas a partir de demandas pelas gestoras. O diálogo e atuação colaborativa foi ampliada, em 2018, quando iniciamos as pesquisas envolvendo as crianças acometidas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZ), tema emergente para as redes de ensino naquele momento pela chegada dessas crianças na Educação Infantil.

Durante os primeiros nove anos, as reuniões e atividades do Fórum foram realizadas no Instituto Multidisciplinar, *campus* da UFRRJ de Nova Iguaçu. As pautas de discussão e planejamento de ações sempre levaram em consideração as demandas do coletivo, como, por exemplo, formações continuadas, a judicialização da Educação Especial, a falta de clareza das atribuições dos profissionais de apoio, entre outros temas comuns. Em 2024, iniciamos um rodízio. A cada encontro, uma das redes integrantes organiza a reunião no seu município com a programação específica do Fórum e visita técnica a escolas e salas de recursos, indicadas pelas gestoras para conhecermos as boas práticas e experiências de Educação Inclusiva realizadas pelas redes de ensino.

Essa dinâmica mudou completamente o formato anterior. Agora, as redes organizam o Dia da Educação Inclusiva, com recepção de todas as outras redes que integram o Fórum e da equipe da UFRRJ. As escolas, por sua vez, além de mostrarem e apresentarem seus projetos, também passaram a organizar atividades culturais com as crianças para nos apresentar.

Essa proposta tem sido muito significativa para todas e todos os envolvidos, sobretudo por possibilitar a divulgação de boas práticas educacionais e envolver as Secretarias Municipais de Educação e, algumas vezes, outras

do Município. Assim, o Fórum tem contribuído para afetar e transformar a cultura institucional nesses territórios. Esse formato também tem contribuído para que ocorra maior troca de experiências positivas entre as(os) participantes. Esse sentimento sobre o papel do Fórum, e como ele afeta práticas e políticas nas redes, também foi registrado por algumas gestoras, que enviaram mensagens para este livro em comemoração dos seus 10 anos. Para ilustrar, reproduzo aqui dois desses relatos:

O Fórum é um divisor de águas nas minhas práticas. Conhecer pessoas que respiram inclusão com tanta alegria, ficar parceira das políticas públicas dos municípios parceiros, receber ajuda de formação para o nosso município, em diversas oportunidades, até mesmo quando estávamos na pandemia, Paracambi foi acolhido pelo Fórum numa formação online. As visitas técnicas, as formações oferecidas conseguem melhorar e muito as nossas práticas. É prazeroso quando nos encontramos, é rico o que fazemos pela inclusão do Rio de Janeiro. São momentos necessários de reflexões sobre o nosso fazer como agentes de transformação. As colaborações, as trocas e debates dos participantes do fórum só nos fazem crescer (Em registro escrito da Coordenadora de Educação Especial de Paracambi, julho de 2025).

Por meio dos diálogos estabelecidos no Fórum que temos, ampliamos na construção de um PEI em nossa rede e tivemos ações que foram determinantes, por exemplo, na vida das crianças afetadas com Zika Vírus (Em registro escrito da integrante da equipe de Educação Especial de São João de Meriti, julho de 2025).

O foco dos encontros e do trabalho desenvolvido no Fórum é aproximar a Educação Superior da Educação Básica, para, juntas e juntos, avançarmos e promovermos sinergias entre as redes com a Universidade de forma a qualificarmos as práticas e políticas de inclusão escolar. Dessa forma, contribuindo com o fortalecimento e melhoria da Educação Básica

como um todo, em particular no que diz respeito à formação continuada de professoras(es) em Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

É com esse espírito de construção coletiva que organizamos esse livro com o objetivo de comemorarmos e fortalecermos ainda mais a parceria entre Universidade e Educação Básica nesses 10 anos de existência do Fórum, ocorrida em abril de 2025. A ideia do livro é que cada equipe pudesse apresentar um panorama da estrutura e funcionamento da Educação Especial na perspectiva inclusiva de sua rede. Os textos foram produzidos entre dezembro de 2024 a julho de 2025. Ou seja, as autoras e autores eram das equipes naquele período e participaram das atividades do Fórum naquele momento histórico.

Desejamos uma ótima leitura!

Nova Iguaçu, abril de 2025.

**Márcia Denise Pletsch**

Professora Titular em Educação Especial da UFRRJ  
Coordenadora Geral do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Sul e da Baixada Fluminense

## Referências

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L.; HOSTINS, R. C. L. (orgs.). **Escolarização de alunos com deficiência intelectual**: políticas públicas e processos cognitivos. São Carlos, SP: Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015. 250 p.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. (orgs.). **Observatório de Educação Especial e Inclusão Escolar**: balanço das pesquisas e das práticas na Baixada Fluminense. 1. ed. v. 1. São Carlos, SP: M&M; ABPEE, 2015. 176p.

# CEMAE de Barra Mansa: a tua ação faz a diferença

Cecília Maria Lucio Pacheco<sup>1</sup>

Neusa Maria Santos Sá<sup>2</sup>

Jorgeane Pançardes Guimarães Estevam<sup>3</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.1

Neste capítulo, apresentaremos o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CEMAE), sua estrutura e organização, na busca de superar a exclusão, ao mesmo tempo que objetiva a implementação e o apoio à inclusão educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dificuldades acentuadas de aprendizagem. O CEMAE conta com a organização de espaços e ações que auxiliam o desenvolvimento dos estudantes, busca contribuir para a garantia do acesso, permanência e aprendizagem, disponibilizando serviços e apoios que complementem a sua formação na rede regular de ensino, considerando o arcabouço legal vigente.

---

1 Gerente de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Barra Mansa por 8 anos. Atualmente é aposentada da rede. E-mail: pachecoceciliamaria@gmail.com.

2 Professora Especialista da Equipe de Coordenação do CEMAE da Secretaria Municipal de Educação de Barra Mansa. E-mail: neusantos1967@gmail.com.

3 Atuou como professora especialista da Equipe Técnica do CEMAE da Secretaria Municipal de Educação de Barra Barra Mansa até 2025. E-mail: jorgeane.psicopedagoga77@gmail.com.

A Educação Especial no município de Barra Mansa teve seu início em 1971, com a criação de uma escola especializada que, na época, chamava-se Escola Municipal de Excepcionais Coelho Sabido. Foi a partir dessa escola que todas as ações educacionais voltadas para a pessoa com deficiência aconteceram.

Outro órgão que faz parte da nossa história é a ETRESP – Equipe Técnica Regional de Educação Especial, criada em 1976, através da Secretaria de Estado de Educação, que atendia os municípios de Barra Mansa, Volta Redonda, Rio Claro e Pouso Seco. Com a extinção dos Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho (CRECT/RJ), passando a Núcleo de Educação e Cultura de Barra Mansa (NEC/BM), a ETRESP passou a denominar-se Equipe Técnica de Educação Especial (ETESP), um órgão da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro com atuação dentro do próprio município. A ETESP de Barra Mansa (ETESP/BM) atendia toda clientela proveniente da rede estadual, municipal e particular de ensino, além da comunidade em geral, voltando-se para avaliação, triagem, orientação e acompanhamento nos processos educacionais e/ou tratamentos especializados, supervisão do trabalho dos profissionais atuantes em época na Classe Especial, Salas de Recursos e Atendimentos Clínicos (Psicologia e Fonoaudiologia). A atenção especial era dada aos pais e/ou responsáveis das pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como o encaminhamento dos casos a outras instituições ou profissionais, quando necessário.

Em 1997, a Secretaria Estadual de Educação extinguiu todas as ETESPs do Estado do Rio de Janeiro, e, em Barra Mansa o trabalho foi absorvido pelo poder público municipal, com a colaboração da Secretaria de Estado de Educação, através de sua municipalização.

Entre 1997 e 2013, muitas ações foram realizadas culminando com a criação da Coordenadoria Municipal de Educação Especial (Decreto n. 7.416 de 23 de agosto de 2013). Com o tempo, para a normatização dos serviços prestados por essa coordenadoria, tivemos a Deliberação CME/BM n.: 002, de 19 de junho de 2019, que estabelece normas que regulamentam a Educação Especial Inclusiva para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, nas formas complementar e/ou suplementar na rede municipal de ensino de

Barra Mansa, e a Resolução CME/BM n.: 002, de 11 de junho de 2019, que define a estrutura e funcionamento das SAEC (Sala de Atendimento Educacional Complementar) destinada aos alunos com dificuldade acentuada de aprendizagem.

Assim, a Educação Especial Inclusiva tem no Atendimento Educacional Especializado (AEE) a mola propulsora de todo o seu funcionamento perpassando todas as unidades, serviços e ações desenvolvidas no âmbito do CEMAE.

### **Caracterização do município de Barra Mansa**

O município de Barra Mansa está localizado às margens do Rio Paraíba do Sul, na região sul-fluminense do Médio Vale do Paraíba, entre as Serras do Mar e da Mantiqueira. Ocupa uma área de aproximadamente 548,9 km<sup>2</sup>, correspondente a 8,8% da área da Região do Médio Paraíba, dividido em seis distritos: Barra Mansa (sede), Floriano (2º), Rialto (3º), Nossa Senhora do Amparo (4º), Antônio Rocha (5º) e Santa Rita de Cássia (6º).

O município é um dos maiores do Sul Fluminense e tem a segunda maior população da região. De acordo com o Censo de 2010, a cidade tem uma população de 177.813 habitantes, correspondente a 21,7% do contingente da Região do Médio Paraíba (IBGE, 2010).

### **A política de Educação Especial do município de Barra Mansa**

O CEMAE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado) é uma coordenadoria subordinada à Secretaria Municipal de Educação de Barra Mansa, responsável pela Educação Especial em toda a rede municipal de ensino e acompanha as transformações contemporâneas relacionadas à educação no âmbito da Educação Especial. Pauta-se no respeito e no atendimento à diversidade, instituindo a inclusão como determinante para que seja cumprido, de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 208, inciso III, o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. O município conta em 2024 com 68 unidades escolares, uma APAE e o CEMAE.

A Educação Especial no município de Barra Mansa /RJ segue as diretrizes e o acompanhamento do CEMAE, que é composto por docentes e especialistas da rede municipal de ensino com formação específica na área, que se incumbem de garantir a efetividade da proposta de inclusão educacional no município. A equipe multidisciplinar que atua no CEMAE compreende os seguintes profissionais: professor, professor de educação física, professor de arte, professor de música, orientador pedagógico, orientador educacional, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e médico neurologista, todos com formação específica em Educação Especial. De acordo com o artigo 27 da Deliberação CME/BM n.: 002, as atribuições da equipe multidisciplinar compreendem:

triar, avaliar, encaminhar, ofertar atendimento especializado, organizar e acompanhar os serviços oferecidos pelo CEMAE, orientar familiares e equipe escolar, estabelecer redes de apoio, ofertar capacitação para profissionais do Ensino Regular e formação continuada para profissionais da Educação Especial, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos da Educação Especial em todas as etapas e modalidades da educação básica (Barra Mansa, 2019).

Em relação à Sala de Recursos Multifuncionais oferecida no município, esse serviço é realizado, de acordo com o art. 31 da Deliberação CME/BM n.: 002, pelo professor que atenda aos seguintes critérios:

I - ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial;

II - experiência docente de no mínimo 5 anos na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, preferencialmente nos anos iniciais;

III - disponibilidade para formação continuada;

IV- realizar este serviço em sua matrícula efetiva.

§ 1º- A aprovação para atuação no AEE se dará somente após entrevista e análise de currículo feita

pela Equipe Multidisciplinar do CEMAE, considerando os critérios acima, de acordo com a demanda da Educação Especial.

§ 2º- É vedada a entrada como professor no AEE, a profissionais que estejam a cinco anos ou menos de seu período de aposentadoria (Barra Mansa, 2019).

Dessa forma, os professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais estão diretamente vinculados ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado e, de acordo com o artigo 45 da Deliberação CME/BM nº: 002, caberá a esses docentes:

I - realizar ações voltadas à capacitação da Equipe Escolar, sob a supervisão do CEMAE;

II - participar efetivamente dos Estudos de Caso no CEMAE, quando convocado, munido de toda a documentação pertinente ao serviço, que for necessária;

III - frequentar de forma assídua, pontual e integral as reuniões no CEMAE;

IV - manter atualizada a documentação do aluno tanto no CEMAE quanto na escola (Barra Mansa, 2019).

A referida Deliberação elencou princípios por meio da Educação Especial Inclusiva e adotou a concepção do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) para norteá-la. Ela apresenta o conceito de DUA como:

O Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) é um conjunto de possibilidades –materiais flexíveis, técnicas e estratégias – que busca ampliar a aprendizagem de alunos com e sem deficiência, universalizando a construção do conhecimento (Barra Mansa, 2019).

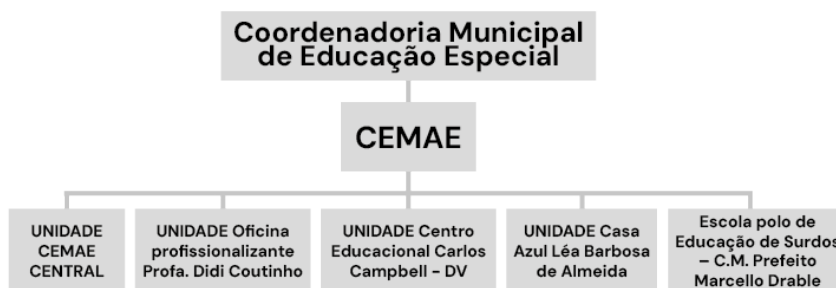
Por meio do DUA, a atual Deliberação apontou direcionamentos para que o estudante público da Educação Especial no município de Barra Mansa/RJ tenha garantido o seu processo de ensino-aprendizagem e instituiu o Plano de Aprendizagem Diferenciada (PAD) que, de acordo com o artigo 7º, é

um instrumento de planejamento pedagógico próprio do educando da Educação Especial Inclusiva, em que há a descrição do percurso escolar de forma processual, com vistas à regulação do processo ensino/aprendizagem, onde são previstas e organizadas as adaptações curriculares necessárias (Barra Mansa, 2019).

Sendo assim, todos os estudantes pertencentes à Educação Especial do município de Barra Mansa/RJ possuem o Plano de Aprendizagem Diferenciada (PAD), que deverá ser elaborado pela equipe técnico-administrativo-pedagógica da instituição de ensino e pelo professor da sala regular, contando com a orientação do professor do AEE, com a colaboração da família e a atuação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esportes, bem como do Ministério Público, quando necessário for. No PAD, deverão constar todas as decisões quanto à ação pedagógica para o estudante, tornando-se um documento norteador da sua vida escolar e devendo ser elaborado logo que efetuada a matrícula, ou a qualquer momento.

## Da organização e funcionamento do CEMAE

Figura 1 – Organização e funcionamento do CEMAE



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para o seu funcionamento, o CEMAE conta com 04 unidades e uma escola polo, bem como se estende por toda a rede nas salas de recursos multifuncionais e Salas de Atendimento Educacional Complementar (SAEC). São eles:

- ✓ Unidades do CEMAE
- CEMAE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado) – Sede;
- Oficina Profissionalizante Professora Didi Coutinho – Centro especializado em AEE de transição para a vida adulta;
- Centro Educacional Carlos Campbel – Deficiência Visual, onde funciona também o serviço de Educação Precoce para crianças pequenas e bem pequenas;
- Casa Azul Léa Aparecida Barbosa de Almeida – Anexa à Escola Municipal Santo Antônio, centro especializado em AEE para autistas;
- ✓ Escola polo – Núcleo de Educação de surdos e Laboratório de Libras – funcionando no Colégio Municipal Marcello Drable;
- ✓ 31 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais;
- ✓ 29 escolas com SAEC.

Essa organização visa termos Centros Específicos Especializados para o acompanhamento dos alunos assistidos pelo CEMAE.

## CEMAE em números

Na tabela que se segue, apresentamos o que é o CEMAE em números. Pretendemos apenas dar a dimensão desse serviço em nossa rede.

**Tabela 1** – CEMAE em números (continua)

Número de escolas municipais		68
Número de alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino no ano 2023 segundo Censo escolar		674 alunos
AEE - Salas de Recursos Multifuncionais nas unidades escolares	Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais	31
	Professores / Turmas de SRM AEE	28
	Alunos acompanhados pela SRM AEE	321

**Tabela 1 – CEMAE em números (continua)**

SAECs	Escolas com SAEC	29
	Professores / Turmas de SAEC	35
	Alunos acompanhados pela SAEC	455
AEE – Casa Azul	Escolas que possuem alunos acompanhados pela Casa Azul	29
	Alunos acompanhados pelo AEE Casa Azul	68
	Professores / Turmas Casa Azul	09
Educação Precoce	Escolas que possuem alunos acompanhados pela Educação Precoce	23
	Professores / Turmas de AEE Educação Precoce	06
	Alunos acompanhados pelo AEE Educação Precoce	94
Educação de Surdos	Escolas que possuem alunos acompanhados pela Educação de surdos	12
	Professores / Turmas de AEE Educação de surdos	03
	Alunos acompanhados pela Educação de surdos	17
	Intérpretes atuando com alunos surdos	20
Oficina Profissionalizante – AEE de Transição para a Vida Independente	Alunos assistidos que não possuem escola	43
	Escolas que possuem alunos acompanhados pelo AEE de Transição Vida Independente	17
	Professores / Turmas AEE de Transição Vida Independente	06
	Alunos acompanhados pelo AEE de Transição Vida Independente	17
Agentes de Apoio	Escolas que possuem agentes de apoio	59
	Alunos que possuem Agente de Apoio	120
	Agentes de apoio concursados	48
	Agentes de apoio contratados	26
	Agentes de Apoio – Estagiários	23

**Tabela 1** – CEMAE em números (conclusão)

Atendimentos em Psicologia	Escolas que possuem acompanhados nesse serviço	36
	Alunos acompanhados	81
	Profissionais	06
Atendimentos em Psicopedagogia	Escolas que possuem acompanhados nesse serviço	24
	Alunos acompanhados	40
	Profissionais	04
Atendimentos em Terapia Ocupacional	Escolas que possuem acompanhados nesse serviço	12
	Alunos acompanhados	12
	Profissionais	01

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

## CEMAE Central

No CEMAE Central funcionam as equipes de acompanhamento de toda a estrutura da Educação Especial. Também é nessa unidade que as reuniões de orientação, estudos de caso e reuniões de rede são realizadas. Nele está centralizada toda a documentação de nossos alunos e é a porta de entrada ao CEMAE.

Serviços ofertados que funcionam no CEMAE Central:

- ✓ Triagem;
- ✓ Avaliação Multidisciplinar: Avaliação Pedagógica e Avaliação Neuropsicológica;
- ✓ Neuropediatria (em processo de recontratação);
- ✓ Equipe de Apoio à Escola (acompanhamento de alunos incluídos, junto às Unidades Escolares — avaliação de alunos para necessidade de agente de apoio à educação);
- ✓ Equipe de recepção e acompanhamento dos casos de Conselho Tutelar/Ministério Público;

- ✓ Grupo de Pais/SAF;
- ✓ Formação continuada em serviço para Professores, Agentes de Apoio e demais profissionais da Educação ligados à Educação Especial;
- ✓ Capacitação sobre temas relacionados à Inclusão (para professores da rede regular, Equipe Pedagógica, diretores das Unidades Escolares e demais funcionários da educação);
- ✓ Reuniões de auxílio técnico no CEMAE (para orientações às escolas);
- ✓ Curso de Libras para alunos, professores e comunidade;
- ✓ Orientação e acompanhamento na elaboração de PAD (Plano de Aprendizagem Diferenciada) para todos os alunos público da Educação Especial;
- ✓ Equipe de gestão de Estudos de Caso;
- ✓ Atendimentos: psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, serviço social.

Atualmente, a Equipe Multidisciplinar do CEMAE Central oferta aos alunos da rede municipal de educação do município de Barra Mansa serviços como: Avaliação Pedagógica, atendimento com especialistas das áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional, Assistência Social e Avaliação Neuropsicológica com ênfase nos processos educacionais.

O Serviço de Avaliação Pedagógica conta com 2 professoras especializadas responsáveis pela avaliação pedagógica de crianças e adolescentes encaminhados pela escola. O público da avaliação pedagógica são crianças e adolescentes sem atendimento educacional adequado às suas necessidades e que apresentem características de transtorno de aprendizagem ou do público da Educação Especial. A avaliação tem como objetivo contribuir para a inserção desses alunos nos serviços que melhor atendam a suas necessidades educacionais. A avaliação pedagógica inclui sondagem inicial, entrevista com a família, atendimentos à criança/adolescente, elaboração de relatório com resultado da análise, e orientações e encaminhamento como devolutiva a família e escola. As áreas avaliadas

incluem socioemocional, psicomotricidade, linguagem oral, linguagem escrita, cognição e raciocínio.

A Avaliação Neuropsicológica é realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, rede SUS, onde o CEMAE fornece profissional de Psicologia Especialista em Neuropsicologia, espaço e gestão de convocação entre outras atividades administrativas necessárias, e a Secretaria de Saúde fornece o material para avaliação. Atualmente a Avaliação conta com uma bateria de testes que atende crianças e adolescentes de 6 a 16 anos. Os alunos da rede municipal de educação são encaminhados para a avaliação neuropsicológica por profissionais do SUS.

Após o encaminhamento do médico e liberação da Secretaria Municipal de Saúde, a entrada é feita na secretaria do CEMAE, seguindo para a fila de demanda. As etapas da Avaliação Neuropsicológica, contam com entrevista de anamnese, assinatura do termo de compromisso, orientações gerais, aplicação de questionários que avaliam comportamentos adaptativos, os padrões, os conhecimentos e o modo de existir em sociedade do avaliado, escalas conforme necessário (autismo, dislexia, TDAH, depressão), teste de inteligência QI, personalidade, atenção, memória, desempenho na leitura, escrita e aritmética, avaliação das praxias, da consciência fonológica, da capacidade de interpretação, da oralidade e demais funções que se fizerem necessárias através de testes e tarefas ecológicas.

Para compor a avaliação, a escola é convidada a preencher escalas na versão dos professores. Também é realizada a leitura minuciosa de todos os documentos escolares que estejam disponíveis na ficha do aluno (relatórios de profissionais diversos que o acompanham/acompanharam), e estudo de caso com a equipe multidisciplinar (psicólogo, psicopedagogo, regentes de classe, da SAEC). Após finalização do relatório neuropsicológico, ocorre a entrevista de devolutiva para a família e as orientações pertinentes. O período de avaliação varia de caso para caso, podendo ser realizada de seis a dez sessões.

O atendimento com especialistas da equipe técnica, segue uma série de etapas desde a entrada no CEMAE, compreendendo desde a avaliação e intervenção, incluindo entrevistas semiestruturadas com a escola e a

família, sessões de avaliação da criança, visitas à escola, planejamento com equipe pedagógica e entrega de relatórios com orientações e encaminhamentos. Eles também conduzem sessões de intervenção de acordo com a necessidade da criança/adolescente visando à inclusão destes no ambiente escolar, além de orientações a fim de propor estratégias à escola e à família para o desenvolvimento da potencialidade da criança. Também são realizados encaminhamentos a outras esferas da rede como CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, UBS, CAPS, Ambulatório de Saúde Mental e outros serviços de saúde que se fizerem necessários. A equipe realiza ainda capacitação, palestras e visitas orientando escolas e famílias.

O CEMAE conta ainda com a Equipe SAR – Serviço de Atendimento à Rede. A equipe é composta por uma psicóloga e uma assistente social que atendem as famílias para acolher e orientar, articulando com a rede as medidas para a garantia de direitos necessária ao acesso e à escolarização.

Assim, a equipe multidisciplinar do CEMAE busca garantir aos alunos da Educação Especial e com dificuldades acentuadas na aprendizagem o direito à Educação Inclusiva de qualidade, através de ação colaborativa com a rede regular.

### **Oficina Profissionalizante Professora Didi Coutinho – Centro Especializado em AEE de transição para a vida adulta**

Estamos vivendo um momento de transição entre o modelo antigo de uma oficina profissionalizante abrigada para os adultos com deficiência para um Plano Individualizado de Transição (PIT), acompanhamento de AEE para adolescentes e jovens, preparando-os para uma inclusão social para além da escola, visando à vida adulta independente com qualidade. Esse processo busca tornar a pessoa com deficiência protagonista em sua própria vida, capaz de fazer escolhas e tomar decisões. São usadas atividades laborativas como estratégias. Esse serviço pedagógico de AEE é ofertado para os alunos público da Educação Especial a partir dos 14 anos ou matriculados, também partindo do 7º Ano do Ensino Fundamental.

Oficinas ofertadas no momento:

- Oficina de Culinária;
- Artesanato em Papel;
- Artesanato;
- Plantas;
- Costura;
- Treinamento de rua;
- Computação e recursos tecnológicos;
- Desporto adaptado.

### **Centro Educacional Carlos Campbel**

Nessa unidade especializada em Deficiência Visual, também funciona o serviço de Educação Precoce para crianças pequenas e bem pequenas.

Em relação à deficiência visual, é ofertado atendimento educacional especializado para o escolar e para o adulto em reabilitação nas mais diferentes modalidades de AEE com profissionais especializados:

- AEE de Estimulação Visual;
- AEE Pré-braille;
- AEE Braille;
- AEE Orientação e Mobilidade;
- Educação Física e Desporto Adaptado;
- Reabilitação.

Em apoio ao processo de inclusão escolar, disponibilizamos às escolas o serviço de transcrição para o Braille de provas e materiais necessários à escolarização. Também são construídos recursos e materiais adaptados aos conteúdos escolares.

No serviço de Educação precoce são acompanhadas crianças pequenas e bem pequenas, até os 5 anos e 11 meses, com laudo ou que apresente

atraso no desenvolvimento. Estas crianças chegam ao CEMAE encaminhadas por suas escolas ou por procura de suas famílias. Destacamos que:

[...] os sinais de risco não se traduzem necessariamente em diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento. Entretanto, para alguns bebês e crianças, deficiências podem se instalar de forma permanente, muitas vezes, por conta da área do cérebro e da extensão do comprometimento neurológico. Evidências científicas apontam que, por meio de estímulo e oportunidade, é possível minimizar os efeitos deletérios de uma lesão cerebral, tornando o indivíduo o mais funcional possível (Costa, 2013).

Acompanhar, estimular e orientar as famílias também faz parte do processo de educação precoce. Temos no brincar a maior ferramenta de estimulação para o pleno desenvolvimento das crianças. Seus pais e responsáveis são chamados a participar desse processo de forma ativa e efetiva.

### **Casa Azul Léa Aparecida Barbosa de Almeida**

Devido ao crescente número de diagnósticos de alunos com TEA, fez-se necessário a estruturação de um serviço específico para atender a essa demanda. Nesse contexto, foi inaugurada, em 2022, a Casa Azul Léa Aparecida Barbosa de Almeida, que funciona em anexo à Escola Municipal Santo Antônio e é um centro especializado em AEE para autistas. O trabalho é realizado em interface com os professores do ensino regular, promovendo apoios necessários e está organizado em diferentes ofertas de AEE:

- AEE – Laboratório natural:

Seu principal objetivo é ajudar os alunos em suas dificuldades sensoriais, ou seja, auxiliar no processamento de texturas, sons, cheiros, gostos, brilho e movimento. Nesse caso, o AEE trabalha de forma significativa os cinco sentidos. A partir do cultivo de ervas medicinais, flores, frutos e exploração de recursos materiais diversos, o aluno desenvolve habilidades.

- AEE – Corpo em movimento (Educação Física):

A educação física tem o objetivo de estimular o desenvolvimento psicomotor, auxilia no desenvolvimento físico, mental e afetivo. Com a regularidade da prática de atividade física, crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) desenvolvem comandos simples, contribuindo para melhoria da coordenação motora.

- AEE – Pedagógico:

Ênfase no planejamento e estratégias de intervenções para o desenvolvimento de habilidades e comunicação aumentativa alternativa para promover o desenvolvimento do aluno com TEA na busca de maior autonomia e qualidade de vida.

- AEE – Musicalização:

Atividades relacionadas à música envolvem imitação, atenção, sincronização, ritmo, levando à ativação de áreas do cérebro que contêm neurônios-espelho e proporcionando o desenvolvimento da cognição social, tarefas nas quais indivíduos com TEA apresentam dificuldades. As regiões cerebrais associadas à linguagem e à música se sobrepõem, o que sustenta a possibilidade de reabilitação daquela através da música, o que traz melhoria no comportamento social e comunicativo através do aumento da atenção compartilhada. Podemos trabalhar a música como um canal de expressão de comunicação com o outro (mediador/professor) e com o mundo.

- AEE – Estimulação precoce:

Objetiva acelerar a taxa de aprendizado da criança, produzindo generalização das habilidades e maximizando os efeitos da neuroplasticidade. Visa minimizar atrasos no desenvolvimento humano detectados nos alunos com o diagnóstico de TEA. Possui como meta desenvolver habilidades básicas pré-acadêmicas, de atenção, de imitação, de linguagem expressiva e de linguagem receptiva.

- AEE – Artes:

A arte é um canal de comunicação dos seres humanos. Um recurso de comunicação não verbal que colabora com a eliminação de barreiras de

interação social, melhora a afetividade, a criatividade, estimula o raciocínio, e intensifica a capacidade de coordenação motora.

## **Escola Polo de Educação de Surdos**

Em Barra Mansa, o Colégio Municipal Prefeito Marcello Drable, pioneiro na Educação de Surdos desde 1982, tem se ajustado diante das constantes mudanças e impactos de políticas públicas, da legislação e do conhecimento científico. Visando a uma escola adequada ao aluno surdo, são ofertados diferentes serviços especializados:

- **AEE de Libras** – atende o aluno surdo diariamente, quando possível, em pequenos grupos ou individualmente, para a aquisição principalmente de termos científicos introduzidos pelos conteúdos curriculares. Ministrado por professor/instrutor de Libras, preferencialmente surdo.
- **AEE em Libras** – atende o aluno surdo diariamente, quando possível, em pequenos grupos ou individualmente, com os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares em Libras, semelhante ao desenvolvimento da sala do ensino regular, sendo desenvolvido por um professor surdo ou professor especializado com domínio da Libras.
- **AEE de Língua Portuguesa** – atende o aluno surdo diariamente, quando possível, em pequenos grupos ou individualmente, por professor com formação em Língua Portuguesa, tendo como proposta o desenvolvimento de competências gramatical e linguística, bem como textual, para que a pessoa surda seja capaz de gerar sequências linguísticas bem formadas.

**Laboratório de Libras** – tem como objetivo promover experiências de pesquisa e de estudo em surdez, além de viabilizar projetos de serviço contínuo na aprendizagem e no aprimoramento da Libras, capacitando professores e funcionários; colaborando com o acompanhamento de profissionais surdos e intérpretes de Libras; e implantando projetos que envolvam metodologias de ensino voltadas para a educação de surdos. As adaptações curriculares para a educação de estudantes surdos constituem uma das formas mais adequadas de atender às suas necessidades educativas. Não

se trata de elaborar um programa paralelo, mas de ajustar a programação regular adotada para os alunos ouvintes, considerando que a maioria dos estudantes surdos pode beneficiar-se do currículo regular. Assim, diante da necessidade de registros audiovisuais, criou-se um canal no *YouTube* na intenção de compartilhar abertamente com os professores e com os alunos, vídeos acessíveis na Língua de Sinais.

- **Turmas de imersão em Libras** – Em uma turma de cada ano de escolaridade, são ministradas aulas de Libras visando tornar acessível a Língua de Sinais no contexto escolar de alunos surdos.
- **Aula de L2 para os alunos surdos, do 6º ao 9º ano, separados dos alunos ouvintes** – desenvolver o ensino da L2 para 100% dos alunos surdos do 6º ao 9º ano com metodologia adequada.
- **Espaço de Convivência** – favorecimento da legitimação da cultura surda a partir da Libras de forma efetiva, com intencionalidade, configurando-se numa representação do atendimento aos alunos surdos para obtenção de sua primeira língua, garantido entre os turnos das aulas do matutino para o vespertino para todos os alunos surdos da Unidade Escolar.

Com a Escola Polo de Educação de Surdos, percebem-se avanços significativos na inclusão, no aprendizado dos alunos surdos, no apoio aos professores, de intérpretes e de professores do AEE que trabalham em maior harmonia.

## **SAEC – Sala de Atendimento Educacional Complementar**

O que o futuro reserva aos alunos com dificuldades na aprendizagem numa sociedade letrada? Essa é uma interrogação que muito nos incomoda e nos faz pensar.

Distorção idade-série, evasão, múltiplas repetências, muitas vezes, encoberta uma condição de não escolarização ou dificuldade acentuada na aprendizagem. Em sua maioria, essa realidade atinge os alunos pobres de escola pública (Julião, 2023), ampliando a fragilidade de um grupo de estudantes em vulnerabilidade social.

A SAEC – Sala de Atendimento Educacional Completar foi criada em decorrência da necessidade de se acompanhar aos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem. A princípio, esses alunos foram assistidos nas salas de recursos junto aos alunos com deficiência. Em 2009, com a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a delimitação do público da Educação Especial, o município de Barra Mansa decidiu por não deixar de atender esses alunos e, sim, oferecer um serviço específico para suas necessidades. O município passa a ter a oferta de dois tipos de serviços: as salas de recursos multifuncionais, o AEE e a SAEC.

Respeitando os pressupostos legais, o Conselho Municipal de Educação aprovou a Resolução CME/BM n.: 002, de 11 de junho de 2019, que define a estrutura e funcionamento das SAECs. De acordo com essa resolução,

consideram-se alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem aqueles que apresentarem desordem que interfira efetivamente na aprendizagem, considerando um ou mais processos mentais básicos envolvidos no processamento cerebral das funções de ordem linguística, atenta, perceptiva, da memória, do raciocínio e psicomotora, de ordem interna, não vinculadas à deficiência (Barra Mansa, 2019).

Assim, as SAECs atendem alunos do Ensino Fundamental I, com habilidades acadêmicas substancialmente abaixo da média, disparidade que identifica indivíduos com Dificuldades de Aprendizagem Específicas, e alunos com atrasos na aquisição de habilidades psicomotoras e cognitivas apresentadas desde a fase do desenvolvimento infantil.

Para o ingresso, faz-se necessário uma avaliação que é a base do processo de intervenção, porque fornece uma análise abrangente do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comportamental da criança, constituindo-se em um momento de suma importância, pois é a partir da avaliação que serão traçadas as metas de cada aluno, identificando as áreas específicas de necessidade da criança. Isso permite a criação de **intervenções e estratégias personalizadas** para apoiar o aprendiz

e o desenvolvimento, garantindo que a criança receba o apoio adequado para alcançar seu potencial. Além disso, podem-se detectar atrasos, desvios e peculiaridades no desenvolvimento que podem ser indicativos de deficiências ou transtornos, sendo direcionados assim para investigações adicionais e diagnósticos complementares, facilitando a articulação com outros serviços e o diagnóstico.

Após a conclusão do processo avaliativo, cada profissional elabora o Relatório de Avaliação, documento no qual está incluído o PI, Plano de Intervenção, que descreve as estratégias e ações específicas a serem implementadas para ajudar o aluno a superar dificuldades de aprendizagem ou outras necessidades educacionais. Esse plano inclui áreas básicas para a aprendizagem nos domínios cognitivo, socioemocional e psicomotor, onde se encontram habilidades e objetivos de acordo com os déficits observados no desempenho do aluno.

Avaliação → Análise de dados e elaboração do plano de intervenção  
→ Definição do primeiro plano de metas semestral → Mensuração da eficácia da intervenção inicial → Elaboração do próximo plano de metas → Liberação ou elaboração de novo plano de metas.

Ao iniciar a intervenção, a partir do Plano de Intervenção, primeiramente, o professor elabora o **Plano de Metas** do aluno, considerando a hierarquia entre as habilidades, em cada área de intervenção, assim estabelecidas: psicomotora, atencional, cognitiva, raciocínio, linguagem oral e linguagem escrita. O professor seleciona uma habilidade de cada para intervir, registrando-as no documento de Relatório Semestral.

A atuação do professor da SAEC junto ao professor do ensino regular é colaborativa e complementar. Primeiramente, os professores da SAEC, do ensino regular e os orientadores da Unidade Escolar (UE) devem trabalhar juntos para identificar os alunos que necessitam de atendimento especializado, garantindo o encaminhamento adequado para a SAEC. Essa colaboração é promovida através da participação ativa em reuniões pedagógicas, planejamento e Conselhos de Classe. Assim, o professor da SAEC coloca-se à disposição para auxiliar os demais professores do ensino regular, através de trocas importantes sobre o preenchimento de

informações e a distinção entre o desempenho típico e atípico da criança, considerando desenvolvimento infantil, idade e ano escolar. Além disso, atua como um veículo de informações entre o CEMAE e a escola.

Assim, desenvolver ações conjuntas com os professores do ensino regular e demais profissionais da escola cria uma rede de apoio que beneficia os alunos, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz, e assegurando que as estratégias educacionais sejam integradas e consistentes.

## **Algumas considerações**

A solidariedade nos faz iguais.

A fraternidade nos faz irmãos.

Durante muitos séculos, a pessoa com deficiência não era nem ao menos considerada humana. E quando começou a ser olhada, atendida, foi acompanhada num modelo médico onde a ênfase era na sua deficiência e não na sua humanidade. O olhar inclusivo sobre a pessoa com deficiência é algo recente, deste século. E ainda estamos aprendendo a como construirmos uma sociedade inclusiva de fato. Nessa perspectiva, a convivência na diversidade proporciona às crianças, aos adolescentes e jovens com deficiência maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico e social. Bem como a convivência na diversidade proporciona a todos, alunos e professores, com e sem deficiência, a prática saudável e educativa da convivência na diversidade e da administração das diferenças no exercício das relações interpessoais, aspecto fundamental da democracia e da cidadania.

Ao finalizar este artigo, em que se pretendeu apresentar como está organizada a Educação Especial no município de Barra Mansa, e, assim, contribuir com o processo de inclusão de pessoas com deficiência, peço licença para fazê-lo em primeira pessoa, apresentando um pouco das nossas histórias. Afinal a coordenação do CEMAE é feita por três professoras (Sonia Coutinho, Cecília Pacheco e Neusa Sá), que não só estudamos a história da Educação Especial, mas que vivemos a mudança nos paradigmas. Sonia Coutinho foi a primeira professora de Educação Especial do município e diretora da primeira escola de especial (Coelhinho

Sabido). É militante da causa da pessoa com deficiência desde 1971. Todas as unidades do CEMAE e seus serviços foram, até o momento, iniciados e inaugurados sobre a sua coordenação. Eu, Cecília Pacheco, comecei como professora de classe especial ainda na época da faculdade, em 1987, fui orientadora pedagógica de escola especializada e diretora de APAE. Comecei no CEMAE, na época ETESP, em 1997. Fui a primeira professora da rede municipal a fazer um Mestrado em Educação com área de interesse em Educação Especial. E a professora Neusa Sá também atuou em classe especial, sala de recursos e veio compor a equipe de Educação Especial do município a partir de 2006. Portanto, fazemos parte da história da Educação Especial em nosso município.

Quando visitando minhas memórias, relembro fatos como, em 1997, logo após a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996, que, em uma reunião de diretores, apresentei um plano e propus que começássemos a estudar como faríamos a inclusão acontecer em nosso município, como acolheríamos aqueles alunos que ou estavam nas classes especiais ou escolas especiais, e fui sumariamente calada pelas diretoras de então, que me disseram: “Isso não irá acontecer. É mais uma lei brasileira que não irá para frente”. Ou quando levamos para fazer a matrícula o primeiro aluno com Síndrome de Down em uma escola regular. Aluno com 12 anos, já alfabetizado e que seria matriculado numa turma de 2ª série. Nessa ocasião, a orientadora pedagógica me disse que não era possível, pois “uma fruta podre estraga todo o cesto”. Ou quando as mães de crianças com deficiência nos diziam que não podiam ir com seus filhos nas praças públicas, pois as outras mães tiravam seus filhos do parquinho e não permitiam chegar e brincar juntos. Visitar as memórias nos faz perceber todo o caminho percorrido. O quanto construímos em tão pouco tempo, pois nós somos testemunhas dessas mudanças.

Isso não significa que estejamos satisfeitas com o que já foi conquistado. Insatisfeitas por natureza, reconhecemos que ainda há muito a realizar. Entre os desafios futuros, estão a criação de um núcleo específico de Educação Precoce para o atendimento de crianças bem pequenas e de suas famílias; a implantação de um núcleo de *follow-up* em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde; e a implementação de um núcleo

de serviços do CEMAE na Periferia Leste, região do município ainda precariamente atendida. Também buscamos avançar na universalização do acesso aos serviços para todos os estudantes com deficiência em nosso município. Nosso maior sonho, contudo, é garantir não só a universalização do acesso ao ensino e à Educação Especial, mas, sobretudo, garantir a aprendizagem de todos os alunos na perspectiva do Desenho Universal.

## Referências

BARRA MANSA. **Lei Orgânica n. 1, de 5 de abril de 1990**. Lei Orgânica do Município de Barra Mansa. Barra Mansa, RJ: Câmara Municipal, 5 abr. 1990.

BARRA MANSA. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino**. 4. ed. Barra Mansa, RJ: Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal de Educação, 2011. 85 p.

BARRA MANSA. **Decreto n. 7.416, de 23 de agosto de 2013**. Cria a Coordenadoria Municipal de Educação Especial, suas atribuições e dá outras providências. Barra Mansa, RJ: Câmara Municipal, 23 de agosto de 2013.

BARRA MANSA. **Resolução CME/BM n.: 002 de 11 de junho de 2019**. Define a estrutura e funcionamento das Salas de Atendimento Educacional Complementar – SAEC's. Barra Mansa, RJ: Conselho Municipal de Educação, 11 de junho de 2019a.

BARRA MANSA. **Resolução CME/BM n.: 002 de 19 de junho de 2019**. Estabelece normas que regulamentam a Educação Especial inclusiva para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, nas formas complementar e/ou suplementar na Rede Municipal de Ensino de Barra Mansa, e dá outras providências. Barra Mansa, RJ: Conselho Municipal de Educação, 19 jul. 2019b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

COSTA, U. **Autismo no Brasil: um grande desafio**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**: Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

**JULIÃO, E. F. Adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional na cidade do Rio de Janeiro.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

# Da CEE ao DAIE: reconhecimento, resistência e inclusão na rede educacional do município de Duque de Caxias

Renata Souza Vogas de Lima<sup>1</sup>

Edna Inácio da Silva e Silva<sup>2</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.2

Há políticas públicas que nascem como meros protocolos institucionais, há outras que insurgem como travessias comprometidas com uma ética amorosa, em meio ao silêncio das falhas e faltas e na reinvenção da inclusão escolar diante dos desafios, dilemas e contradições que atravessam os cotidianos dos territórios escolares. É nesse segundo grupo que se

---

1 Diretora do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional da Secretaria Municipal de Duque de Caxias (DAIE/SME-DC) (2017–2025). Foi vice-coordenadora do Fórum Permanente de Educação Especial da Baixada Fluminense (2019–2023). Membro do projeto Pesquisas e ações Intersetoriais entre Educação e Saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus na Baixada Fluminense (2019–2024). Mestre no Ensino das Ciências na Educação Básica pela Universidade do Grande Rio. Pós-graduada em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pela UERJ.

2 Implementadora e integrante da equipe do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (DAIE/SME-DC). Doutoranda em Educação pelo PPGEduc/UFRJ, mestra em Linguística pela UFRJ, membro pesquisadora do Laboratório em Estudos e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI UNIRIO/UFRJ).

inscreve a Educação Especial do município de Duque de Caxias, marcada por disputas, reconfigurações e, sobretudo, pela força de autorrecuperação<sup>3</sup> de um coletivo que compreende a inclusão educacional como uma ação política, cultural, ética e afetiva.

Este registro objetiva apresentar o recorte recente da trajetória da Educação Especial da rede pública de ensino da cidade de Duque de Caxias, no período de 2017 a 2025, sob a gestão da professora Renata Souza Vogas de Lima, diretora do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional (DAIE).

Neste relato, buscamos destacar não apenas os principais marcos estruturais e dados oficiais da Educação Especial do município de Duque de Caxias, mas também os avanços de formação profissional, as parcerias, as práticas pedagógicas inovadoras, os enfrentamentos éticos e as ações intersetoriais elaboradas a partir dos territórios, como dispositivos de resistência diante das desigualdades e dos mecanismos de exclusão educacional no lócus municipal de Duque de Caxias. Trata-se não só de uma escrita de memória institucional, mas de uma escrita sustentável que reivindica um futuro educacional inclusivo de qualidade, menos desigual e, portanto, mais justo para todos os estudantes e, em específico, para os estudantes público da Educação Especial.

Que este registro seja lido e acolhido como um gesto de gratidão a quem sustentou — e a quem caminhou ao lado — (n)essa travessia dos últimos oito anos de gestão da Educação Especial numa perspectiva totalmente inclusiva na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, e como um compromisso para aqueles que continuarão a luta. Registrar também é resistir!

---

3 Em referência a bell hooks, recuperar a nós mesmos é recuperar nossas histórias — a *autorrecuperação* é um ato de bravura, é expor a dor e escolher o compromisso do despertar crítico de uma caminhada pela transformação social. Registrar a travessia da gestão da professora Renata Vogas de Lima é recusar o apagamento e afirmar a memória como ferramenta e estratégia de continuidade, é “Erguer a Voz” (hooks, 2021), é resistir. Este capítulo entrelaça vozes, políticas e práticas que mantêm viva a esperança de uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade e, portanto, comprometida com a justiça para todos e todas.

## **Contextualização do município de Duque de Caxias e a rede educacional**

A cidade de Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, traz em sua história as profundas marcas das desigualdades que são características dos territórios periféricos das regiões metropolitanas brasileiras. Com uma população de 808.166 habitantes (IBGE, 2022), um PIB *per capita* de R\$ 57.170,07 (IBGE, 2021) e 467.319 km<sup>2</sup> de uma expressiva diversidade territorial, a cidade é atravessada por contrastes sociais, econômicos e territoriais que impactam diretamente a garantia dos direitos fundamentais — entre eles, o direito à educação pública, gratuita, inclusiva, e de qualidade.

A cidade apresenta taxa de escolarização de 96,1% entre estudantes de 6 a 14 anos; IDEB de 4,5 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 3,7 nos Anos Finais (IBGE, 2021); e convive ainda com demandas complexas, como o enfrentamento das condições de precarização docente, as lacunas de formação profissional, as injustiças sociais, a urgência de validação de revisão normativa e a busca constante por melhores condições de estrutura e articulações intersetoriais consistentes.

A atual gestão municipal, com foco na inclusão, tem se debruçado sobre esses desafios, empenhando-se na construção e no fortalecimento de políticas públicas que asseguram o direito à educação inclusiva e equitativa para todos e todas. Nesse cenário ainda, a Educação Especial municipal reforça seu compromisso com uma educação de qualidade e torna-se um significativo campo de pesquisa em parceria com Universidades e Instituições, em favor de um diálogo contínuo e indispensável com a Educação Básica.

É nessa perspectiva que a gestão do DAIE vem desenvolvendo, desde 2017, enquanto ainda era a Coordenadoria de Educação Especial (CEE), uma trajetória comprometida com a consolidação de uma política municipal de Educação Especial Inclusiva. Situada e sensível à realidade dos mais de 191 territórios escolares da rede municipal de ensino (Duque de Caxias, 2024), essa política é construída não como um adendo, mas como parte constitutiva de uma rede que se reconhece plural e se pretende equitativa

e acessível, democrática e comprometida com a justiça educacional. A criação do DAIE, em 2023, representou um marco nesse percurso, refletindo a multidimensionalidade da inclusão educacional que nunca coube em uma coordenadoria.

Segundo Booth e Ainscown (2011), o direito à educação inclusiva exige uma mudança profunda nas culturas políticas e práticas que estruturam os espaços educativos. Tal transformação deve comprometer-se com o acolhimento das singularidades e eliminação efetiva das barreiras que limitam a participação plena e aprendizado.

O DAIE assumiu a configuração de um órgão ampliado, com funções articuladoras e estratégicas voltadas à consolidação das políticas de inclusão e com robustez para tensionar a tríade políticas-culturas-práticas, integrando dimensões pedagógicas, de acessibilidade e intersetoriais com vistas à construção de práticas inclusivas de forma sistemática e territorializada.

Hoje, todas as ações de inclusão educacional de Duque de Caxias se ancoram nas urgências dos cotidianos escolares, na escuta ativa, contínua e permanente das famílias, na interlocução com conselhos municipais, movimentos sociais, diálogo com demais equipamentos municipais, além de participação ativa no Fórum Permanente em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense, conectado à UFRRJ e ao OBEE, ambos *campus* Nova Iguaçu, além de participação no Fórum Permanente de Gestores em Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro, recém institucionalizado como tal.

O compromisso com o trabalho e as indispensáveis ações em rede intersetorial são pensadas e implementadas pelo DAIE com base no marco legal vigente, dentre o qual destacamos: a Constituição Federal de 1988, a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), A Lei Berenice Piana (Brasil, 2012), a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006).

A história que aqui se apresenta é marcada pelo reconhecimento das vulnerabilidades que atravessam os estudantes público da Educação Especial e pela aposta em dispositivos educativos que reafirmam a diversidade como riqueza humana e inegociável.

## **Estrutura institucional do DAIE como arquitetura de uma política de Educação Especial territorializada**

A Educação Especial de Duque de Caxias é estruturada e gerida pelo Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional (DAIE),<sup>4</sup> órgão da Subsecretaria Pedagógica (SUPED) da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (SME-DC). O DAIE se estrutura por meio de programas de ação técnico-pedagógica, tendo como missão articular, planejar, implantar e implementar ações de inclusão educacional nos territórios escolares da rede educacional.

Embora o DAIE tenha sido constituído em 2023, a implantação da estrutura técnico-operacional do departamento ainda mantém dinâmicas institucionais anteriormente consolidadas na CEE, porém com atualizações estratégicas que ampliaram o seu escopo e fortaleceram o seu compromisso com uma política de inclusão intersetorial, situada e efetiva, além do compromisso com a construção de vínculos com as famílias.

O departamento desenvolve ações de assessoria implementação através de equipes técnicas de **implementadores pedagógicos**. Esses profissionais atuam na supervisão da Educação Especial nas unidades escolares e diretamente nos territórios por intermédio de programas que atendem segmentos específicos do público da Educação Especial: *Programa de Educação de Estudantes Surdos; Programa de Educação de Estudantes Autistas; Programa de Educação de Estudantes com Deficiência Visual; Programa de Educação de Estudantes com Deficiências Física e Múltiplas; Programa de Altas Habilidades e Superdotação; Programa de Educação de Estudantes com Deficiência Intelectual; Programa de Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar.*

Na próxima seção, apresentamos, a estrutura técnico-operacional do DAIE e as ações que materializam a política de Educação Especial da rede educacional do município de Duque de Caxias.

---

4 Até finais de 2023, Coordenadoria de Educação Especial (CEE).

## **Estrutura Técnico-operacional do Educação Especial na rede educacional do município de Duque de Caxias**

A estrutura técnico-pedagógica do departamento, apresentada a seguir, sustenta hoje a Educação Especial da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias:

- Implementação e Assessoria aos territórios escolares

Fazem parte da Equipe de Implementação e Assessoria profissionais que desempenham a função de implementadores pedagógicos. Os implementadores pedagógicos desenvolvem, majoritariamente, as seguintes ações: (a) o acompanhamento das demandas referentes à Educação Especial em escolas de responsabilidade desse profissional, incluindo demandas de mediação entre família e escola; (b) assessoria pedagógica aos territórios escolares, mediante atuação dos programas específicos voltados aos segmentos do público da Educação Especial com vistas a estudo de casos e avaliação para classes especiais, sempre a partir das necessidades específicas de cada estudante; (c) atendimento à comunidade escolar realizado presencialmente no DAIE de segunda a sexta-feira entre 8h e 17h e sob agendamento em demandas nas unidades escolares; (d) elaboração e revisão de documentos normativos; (e) elaboração, implantação e implementação de projetos; (f) desenvolvimento de ações de formação continuada em serviço para diferentes profissionais da educação; (g) representação em conselhos municipais, fóruns e demais órgãos, instituições públicas e privadas, e grupos de organização da sociedade civil.

- Acessibilidade Linguística

Abarca a Equipe de Acessibilidade Linguística, profissionais que atuam como Instrutores de Libras e de Braille, Intérpretes de Libras, Assistentes em Educação de Surdos — com formação específica na área de atuação. Todos os profissionais que compõem esta equipe estão sob a liderança direta das implementadoras responsáveis pelos Programa de Educação de Estudantes Surdos e o Programa de Educação de Estudantes com Deficiência Visual.

- **Acessibilidade Pedagógica**

Fazem parte da Equipe de Acessibilidade Pedagógica os Agentes de Apoio à Inclusão I e II, respectivamente, pedagogos e estagiários da área da educação; e técnicos em enfermagem, que atuam no suporte no desenvolvimento da autonomia dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e outras condições que demandem suporte educacional especializado, além dos profissionais que atuam no Projeto de Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais, Psicomotoras, Cognitivas e de Comportamento (PDH+), por intermédio da Rede Coletivo TEA+, na atribuição de **professores de acessibilidade pedagógica** (PAP) nas seguintes condições: (a) por meio do Programa de Educação de Estudantes Autistas em situações desafiadoras de inclusão escolar, contribuindo na formação permanente dos territórios através de assessoria pedagógica periódica, sob demanda de caso, e acolhimento às famílias; (b) por intermédio do Programa de Altas Habilidades ou Superdotação, em assessoria pedagógica periódica para as demandas de enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades ou superdotação, também atuando sob demanda de estudante.

- **Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar**

Por intermédio do Programa de Atendimento Domiciliar e Hospitalar, compõem a equipe de Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar professores de primeiro segmento da Educação Básica que atuam no acompanhamento de estudantes em situação de domicílio ou hospitalar.

- **Núcleo de Apoio Parental**

Fazem parte do Núcleo de Apoio Parental: (a) implementadoras que atuam na acolhida de mães de estudantes público da Educação Especial através de realização de rodas de conversas, nos territórios escolares, voltadas às famílias; (b) implementadores do Programa de Educação de Estudantes Autistas e professores de acessibilidade pedagógica que atuam em situações desafiadoras de inclusão escolar através da escuta ativa de famílias, da mediação entre família e escola, realização de palestras e

ações de educação parental, dentre as quais destacamos orientações, na perspectiva da ciência *Applied Analyse Behaviour (ABA)* quanto a *mane-jos de comportamentos*.

- Rede Intersetorial de Apoio a Estudantes Público da Educação Especial

A Rede Intersetorial é composta por implementadores do Programa de Educação de Estudantes Autistas e professores de acessibilidade pedagógica de estudantes autistas. Nessas situações, tais profissionais desenvolvem ações de articulação intersetorial entre profissionais da educação e da saúde, em instituições públicas ou privadas, considerando o tipo de acompanhamento clínico-terapêutico realizado com o estudante atendido pela Rede Coletivo TEA+ – Projeto PDH+. Essas ações buscam assessorar os territórios escolares na construção de interlocuções abertas com as famílias e diálogos intersetoriais eficientes, com o intuito de equalizar estratégias colaborativas que articulem tratamento clínico-terapêutico ao acompanhamento pedagógico do estudante.

- Monitoramento e Controle de Dados

A equipe de monitoramento e controle de dados é composta por profissionais de apoio administrativo vinculados ao DAIE, por meio de empresa terceirizada, sob liderança de uma implementadora. O trabalho, atualmente, está centrado na dinâmica de levantamento e monitoramento de dados referentes a: (a) matrículas no ensino regular comum; (b) matrículas em turmas de atendimento educacional especializado; (d) matrículas em classes especiais; (e) segmentos do público da Educação Especial; (f) necessidade de agentes de apoio à inclusão; (g) agentes de apoio à inclusão em exercício.

- Lotação e Controle de Profissional de Apoio à Inclusão

A Equipe de Lotação e Controle de Profissional de Apoio à Inclusão abarca profissionais do apoio administrativo terceirizados do DAIE e a gestão do departamento.

- Apoio Administrativo

Compõem a equipe de Apoio Administrativo do DAIE profissionais terceirizados que atuam nas demandas administrativas cotidianas do departamento.

Os programas educacionais que compõem o DAIE contribuem fundamentalmente, em uma trajetória histórica, para o mapeamento, o acompanhamento e a construção de estratégias pedagógicas que compõem a política de Educação Especial do município. Nos últimos anos, algumas ações foram integradas ou reconfiguradas, visando otimizar fluxos institucionais e fortalecer a centralidade da escola como território de inclusão.

Com base na estrutura institucional apresentada, a próxima seção traz estrutura, suportes e dispositivos que sustentam a política municipal de inclusão.

### **A Educação Especial da Rede de Duque de Caxias: estrutura, suportes e práticas em movimento**

A rede educacional de Duque de Caxias vem costurando uma política de Educação Especial Inclusiva por um percurso marcado por avanços institucionais, expansão dos atendimentos e pela oferta de ações comprometidas com o enfrentamento cotidiano das desigualdades que atravessam o chão das escolas:

[...] é mobilizadora a atitude política que reconhece a necessidade primordial de investir na gestão inclusiva dos sistemas de ensino, resgatando a centralidade da formação docente, da organização do AEE e do fortalecimento da ação intersetorial (Dutra, 2024, p. 39).

Os quadros a seguir ilustra o compromisso e o avanço da rede ao longo da gestão da professora Renata Vogas:

**Tabela 1** – Quantitativo de estudantes da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias

Total de Estudantes – Duque de Caxias									
Dados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Rede Municipal</b>	77.775	75.950	74.353	74.150	72.453	72.570	73.550	76.618	77.941
<b>Educação Especial</b>	2.316	2.466	2.500	2.522	2.393	3.301	3.345	3.737	4.845

**Fonte:** Dados da SME-DC (Duque de Caxias, 2024).

Entre 2017 e 2025, a rede registrou um crescimento expressivo nas matrículas de estudantes público da Educação Especial saltando de 2.316 estudantes em 2017 para 4.720 alunos em 2025.<sup>5</sup> Esclarecemos que, desses, 875 estudantes estão na Educação Infantil, 2.661 no primeiro segmento do Ensino Fundamental e 1.184 estão no segundo segmento. De acordo com dados de 2024, a maior parte desse público é composta por estudante com deficiência intelectual (32%) e transtorno do espectro autista (28%), seguido por estudantes com deficiências sensoriais (18%) e altas habilidades (5%).

Estudos técnicos realizados internamente revelam a extrema importância de não ignorarmos a transversalidade da Educação Especial e todos os fatores que a atravessam diariamente. Em Duque de Caxias, além do crescente número de matrículas (aumento de mais de 85% entre os anos de 2017 e 2024), houve uma crescente demanda de ações para o atendimento prioritário desses estudantes desde sua inscrição inicial na Rede, como os números de Profissionais de Apoio à Inclusão Educacional e o número de Auxiliares do Desenvolvimento da Educação Básica que atuam nas creches.

Os números deste estudo revelaram ainda uma redução significativa das turmas de Classes Especiais, com ações com foco na perspectiva inclusiva desta escolarização, aumento de estudantes matriculados nas

---

5 Dados referentes a junho/2025.

Unidades Escolares de Tempo Integral, que demandam também suporte pedagógico em tempo integral, avanço no alcance da Meta 4 do Plano Municipal de Educação, além da inauguração de novas turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) (DUQUE DE CAXIAS, 2024).

Atualmente, para atender a esta crescente demanda a rede conta com 334 turmas de AEE em Sala de Recursos, distribuídas entre os seus territórios escolares:

**Tabela 2** – Quantitativos de turma de AEE e Classe Especial

Total de Turmas da Educação Especial – Duque de Caxias									
Dados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Classes Especiais	95	97	88	83	78	79	75	73	59
AEE – Sala de Recursos	153	147	166	161	168	206	238	297	334

**Fonte:** Dados da SME-DC (Duque de Caxias, 2024).

Outro ponto relevante da estrutura foi a criação de cinco (05) turmas de AEE específicas para estudantes com altas habilidades ou superdotação, reafirmando o compromisso dessa rede com a pluralidade de formas de aprender.

Além disso, a rede vem investindo na expansão da oferta de profissionais de apoio à inclusão. O quadro abaixo ilustra o fortalecimento das ações de suporte:

**Tabela 3 – Quantitativo de Profissionais de Apoio à Inclusão da Rede Municipal de Duque de Caxias**

Total de Profissionais de Apoio à Inclusão Educacional								
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
AAI: 227	AAI: 338	AAI: 503	AAI: 270	AAI: 418	AAI: 679	AAI I e II: 963	AAI I e II: 1312	AAI I e II: 1859
Educação surdos: 24	Educação surdos: 24	Educação surdos: 50	Educação surdos: 50	Educação surdos: 50	Educação surdos: 50	Educação surdos: 47	Educação surdos: 55	Educação surdos: 55
		Instrutores braille: 6	Instrutores braille: 6	Instrutores braille: 5	Instrutores braille: 5	Instrutores braille: 9	Instrutores de braille:	Instrutores de braille:
Total: 251	Total: 362	Total: 559	Total: 326	Total: 473	Total: 734	Total: 1019	Total: 1375	Total: 1922

**Fonte:** Dados da SME-DC (Duque de Caxias, 2024).

A articulação intersetorial tem sido uma preocupação central das ações políticas na Educação Especial da rede de Duque de Caxias, dentre as quais destacamos parceria com as áreas da saúde e outros órgãos e/ou instituições, como Universidades e Conselhos Municipais, no enfrentamento das barreiras da inclusão.

Mais do que crescer em números, a rede buscou crescer em escuta, em presença e em compromisso com os territórios que as constituem. Nesse contexto, ressaltamos a consulta pública *Reestruturação do PEI x Planos do AEE no 2º semestre de 2024*. Essa consulta, promovida pelo DAIE, revelou a relevância do Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento central de planejamento para os estudantes da Educação Especial. A maioria dos respondentes destacou a necessidade de maior clareza nos objetivos pedagógicos, integração entre o AEE e o ensino comum e valorização do planejamento colaborativo como fator essencial para a eficácia do PEI.

Uma outra estrutura importante é o Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar (APDH) na rede de Duque de Caxias. Esse atendimento é um pilar fundamental no direito à educação inclusiva, pois assegura a continuidade do processo educativo por estudantes impedidos de frequentar a

escola por motivo de saúde, garantindo que não percam vínculos e avanços pedagógicos. É um instrumento de justiça social e promoção da cidadania pela garantia do acesso contínuo à educação. Atualmente a rede de Duque de Caxias abraça uma média de 16 alunos no atendimento domiciliar e 60 alunos no atendimento hospitalar, estes em situação de internação nos referidos hospitais e setores: Hospital Infantil Ismélia da Silveira (enfermaria) e Hospital Municipalizado Adão Pereira Nunes (CTI Pediátrico).

Ressaltamos o compromisso da rede com uma educação acessível e de qualidade, preparando profissionais para o atendimento sensível e qualificado às especificidades dos estudantes. Nessa ordem, alguns importantes eixos de formação são os cursos de Língua Brasileira de Sinais, Introdução ao Processo de Aquisição da Escrita no Sistema Braille, Autismo e Comportamento e Formação de Profissionais de Apoio à Inclusão Educacional – Teoria e Prática, ofertados aos profissionais da educação/comunidade escolar em parceria com outros órgãos da SME.

### **Dispositivos e Práticas Pedagógicas Inovadoras: Ações em Rede, Formação e Processo de Escuta**

Se a estrutura institucional garante condições para o funcionamento da política, é a criação de dispositivos educativos e humanos que fazem com que a inclusão aconteça, mesmo diante de falhas estruturais. Esses dispositivos reafirmam a potência dos territórios escolares como lugar de participação, aprendizagem, reinvenção e luta.

Entre os anos de 2017 e 2019, o DAIE, por meio da antiga Coordenadoria de Educação Especial, em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, realizou levantamento para identificação das crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. A iniciativa teve como objetivo articular a oferta de serviços por parte dos diferentes equipamentos públicos, especialmente nas áreas da saúde, assistência social e educação. No âmbito educacional, buscou-se garantir a inclusão dessas crianças na rede municipal de ensino, assegurando o acesso a atendimentos especializados e ações que considerassem suas especificidades, promovendo o direito à educação inclusiva desde a primeira infância. Foram

realizadas reuniões com familiares, visitas domiciliares e, apesar de todas as notificações dos casos dentro do município passarem de 60 casos, tivemos um total de 23 matrículas na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias. Muitos desses estudantes continuam sua escolarização até a presente data.

Entre as experiências inovadoras está a Rede Coletivo TEA+ do Projeto de Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais, Psicomotoras, Cognitivas e de Comportamento (PDH+). A Rede TEA+ é um dispositivo de articulação intersetorial que mobiliza escola, família e saúde com vistas ao enfrentamento de problemas reais de inclusão escolar. Com base em ações situadas, a Rede TEA+ oferece assessoria contínua em contextos desafiadores de inclusão. A iniciativa promove a articulação entre famílias, equipes escolares e profissionais da saúde, visando a construção colaborativa de planos de intervenção pedagógica. O objetivo é reduzir ou eliminar barreiras da participação e do aprendizado por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à neurodiversidade, fundamentadas na ciência ABA (Análise do Comportamento Aplicada).

Em 2024, 21 estudantes foram atendidos pela rede TEA+ com resultados significativos no aprendizado dos estudantes no ensino comum. Nesse processo, os professores de acessibilidade pedagógica (PAP) desempenham papel estratégico. Eles atuam em convivência direta nas escolas promovendo intervenções pedagógicas, sobretudo em manejo de comportamento em tempo real, observação das rotinas, análise de condutas, orientação de planejamento e acolhimento de equipes. Seu trabalho representa uma ponte entre a técnica, a escuta e a prática cotidiana da inclusão.

A rede de Caxias também tem fortalecido o vínculo com as famílias por meio do Núcleo de Apoio Parental que promove rodas de conversa, encontros formativos e escutas ativas com o objetivo de reconhecer o cuidado parental como potência educativa através do desdobramento das ações do Projeto Café com Afeto.

Incluir, na rede de Duque de Caxias, é transitar entre o plano e o improviso, entre a norma e a urgência, entre a técnica e o afeto, é transformar cada dado em história e cada demanda em compromisso ético com a justiça educacional.

## Considerações finais

O município de Duque de Caxias, por meio do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional (DAIE), tem se destacado no cenário regional pela consolidação de práticas inclusivas e pelo fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Especial. A participação ativa no Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense, vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), evidencia o compromisso com a construção coletiva de estratégias que respondam aos desafios dos territórios escolares. Esse espaço de diálogo intermunicipal permite a troca de saberes e experiências entre gestores, pesquisadores e profissionais da educação, promovendo ações articuladas e formação continuada com base nas demandas reais da rede pública.

A atuação de Duque de Caxias na vice coordenação do Fórum reafirma o seu engajamento na promoção de uma educação pública, equitativa e inclusiva, especialmente para estudantes público da Educação Especial. A permanência ativa nesse coletivo fortalece os vínculos entre política e prática, entre universidade e escola, e consolida um compromisso ético com a transformação social pela via da educação.

## Referências

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. rev. e ampl. Tradução de Mônica Pereira dos Santos. Rio de Janeiro: LaPEADE; CSIE, 2011. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/index-para-a-inclusao.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiOqpTUwYGTaxUSDbkGHantJWYQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Fabres.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F11%2Fplano\\_nacional\\_de\\_educacao\\_de\\_2000.pdf&usg=AOvVaw31W893vb-R-MVYrnhU8zp6t&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiOqpTUwYGTaxUSDbkGHantJWYQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Fabres.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F11%2Fplano_nacional_de_educacao_de_2000.pdf&usg=AOvVaw31W893vb-R-MVYrnhU8zp6t&opi=89978449). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC; SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Secretaria Municipal de Educação. **Dados da rede municipal de ensino.** Duque de Caxias: SME-DC, 2024.

DUTRA, C. P. (Org). **Educação em pauta 2024:** desafios da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2024. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2025/02/educacao-em-pauta-1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

HOOKS, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: ONU, 2006.

# Ações Pedagógicas Inclusivas na Educação Municipal de Guapimirim/RJ

Sônia Moreira Araújo Paes<sup>1</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.3

Guapimirim é um município do Estado do Rio de Janeiro, localizado em um vale formado pela base do Pico Dedo de Deus.<sup>2</sup> Totaliza uma área de 358,443 km<sup>2</sup> e, desse território, 70% é coberto por uma exuberante área de proteção ambiental, com flora e fauna típicas de Mata Atlântica e uma área de manguezal, a mais preservada do estado, conhecida como *Pantanal Fluminense*. Além do rico patrimônio natural, com sítios arqueológicos que apontam evidências da ocupação de grupos pescadores-coletores e de grupos ceramistas, o município conta com atividades culturais e visitas ao acervo histórico, demonstrando seu potencial turístico.

Em 1990, há 34 anos, Guapimirim foi emancipado do município de Magé e atualmente possui 51.696 habitantes (IBGE, 2023). Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,698, classificado como médio,

---

1 Foi coordenadora da Equipe de Educação Especial e Inclusiva da Rede Municipal de Guapimirim (2019–2025). Atualmente atua como professora em sala de recursos do Atendimento Educacional Especializado.

2 O Dedo de Deus é um imponente pico de 1.692 metros de altitude na Serra dos Órgãos, RJ, famoso por seu formato que lembra uma mão apontando para o céu. Localizado entre Teresópolis, Petrópolis e Guapimirim. Disponível em: <https://visite-guapimirim.com.br/dedo-de-deus/>. Acesso em: jun. 2025.

ocupa o 59º lugar entre os 92 municípios que formam o Estado do Rio de Janeiro. Atende a população em idade escolar através de 36 unidades: 22 para a etapa do Ensino Fundamental — 1º ao 9º ano de escolaridade — e 14 para a etapa de Educação Infantil (Creche e Pré-escolar). Também atende através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, por todas elas, perpassa a modalidade de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Atualmente contamos com 738 professores regentes de turma, atendendo 8.418 alunos (IBGE, 2023).

Desse total de alunos, 782 apresentam condições de aprendizagem que exigem estratégias diferenciadas das equipes escolares, que contam com o apoio da Equipe de Educação Especial e Inclusiva, parte integrante do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (SME), empenhando esforço conjunto para atender às necessidades educacionais e garantir a inclusão escolar.

Segundo dados de 2024, contamos com 21 Salas de Recursos, das quais 4 funcionam em creches, atendendo 361 alunos; 3 professores pedagogos que realizam atendimento domiciliar a 5 alunos, caracterizados como casos de alta complexidade; 55 professores mediadores; e 231 profissionais de apoio escolar, que atendem 310 alunos autistas; 48 alunos com deficiência intelectual; 3 alunos com deficiência auditiva; 9 alunos com deficiência visual; 8 alunos com doença mental; 109 alunos com transtornos específicos da aprendizagem; e 295 alunos sem diagnóstico clínico definido, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A equipe de Educação Especial e Inclusiva — atualmente formada por 17 integrantes, todos professores com formação em Pedagogia, Psicologia, Neuropsicopedagogia Institucional, Psicopedagogia Institucional, Fonoaudiologia, Educação Especial, Educação Infantil e Gestão — pauta sua atuação rotineira, no contato direto com as equipes escolares, orientada para a construção de uma cultura de inclusão baseada no “respeito às minorias, maior tolerância à diversidade étnica, superação das desigualdades sociais, destacando neste processo histórico as conquistas já alcançadas pelas pessoas com deficiência” (Azevedo; Paes, 2020).

## **Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Especial de Guapimirim**

Os avanços mais expressivos da Educação Especial no Município de Guapimirim passam a tomar forma a partir do ano de 2016, com a ampliação de projetos de Salas de Recursos, mas:

O município de Guapimirim iniciou, efetivamente, sua trajetória na Educação Especial em 2008 com a necessidade da criação de duas turmas de Classe Especial. Em 2015 já totalizava 115 alunos integrados. No ano seguinte foram implementadas quatro salas de recursos e em 2019 a rede municipal de ensino ampliou esse número para dez espaços de atendimento especializado que contemplavam aproximadamente 250 alunos matriculados no AEE, público-alvo da SRM, e mais de 300 alunos incluídos nas salas regulares da rede municipal de ensino (Azevedo; Paes, 2020, p. 181).

O aumento da demanda de alunos público-alvo da Educação Especial e a necessidade urgente de divulgar para o maior número de pessoas da comunidade escolar as normativas vigentes confirmaram a importância do investimento na Formação Continuada. Os “Encontros com a Inclusão” passaram a acontecer semestralmente, abordando temas validados pela ciência através de palestrantes comprometidos com a multiplicação do conhecimento. Essa estratégia favoreceu a ampliação das metas iniciais, que se dedicavam a “analisar as práticas pedagógicas e difundir o conhecimento com vistas à transformação do cenário, através de políticas públicas com o objetivo de eliminar barreiras de acesso ao currículo” (Azevedo; Paes, 2020).

Em 2021, ainda sob as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, realizamos, de forma remota, o 1º Encontro com a Inclusão, no qual foram abordados os temas da Neurodidática e dos pilares da Neurociência. Em 2022, já de forma presencial e para compensar a limitação do ano anterior, realizamos três encontros: o 2º Encontro com a Inclusão: Falando sobre Emoção e Aprendizagem e sobre Currículo Funcional; o 3º Encontro com

a Inclusão: Falando sobre Transtornos de Aprendizagem; e o 4º Encontro com a Inclusão: Falando com as Mães de alunos Autistas. Em 2023, o 5º Encontro com a Inclusão: Falando sobre a Neurobiologia da Aprendizagem e o 6º Encontro com a Inclusão: Falando sobre Funções Executivas. Em 2024, o 7º Encontro com a Inclusão: Falando sobre Autismo.

A construção de uma Diretriz Municipal da Educação Especial Inclusiva, documento que se tornou parte integrante do Currículo Municipal de Guapimirim, homologado pelo Conselho Municipal de Guapimirim em dezembro de 2020, permitiu a normatização dos serviços implantados e atualmente oferecidos à comunidade escolar, definindo as atribuições de todos os “atores envolvidos no processo de inclusão escolar”. O documento também orienta sobre a matrícula no AEE e a exigência indevida de laudo para o acesso ao currículo, adaptação curricular de pequeno e grande porte, flexibilização curricular, adaptação de carga horária/temporalidade, terminalidade específica, entre outros aspectos, de acordo com a legislação vigente da época.

As estratégias de organização desse serviço fortaleceram um processo já em curso, relacionado ao que denominamos de construção de uma cultura de inclusão escolar. Esse movimento contribuiu para ampliar a compreensão de que não basta apenas inserir o aluno com deficiência na escola. É necessário que todos os envolvidos, do porteiro ao diretor, assumam responsabilidades específicas na garantia dos direitos desse estudante no espaço escolar. No âmbito pedagógico, o atendimento pontual aos Orientadores Pedagógicos e aos Professores Regentes permitiu encaminhamentos para o que a legislação apontava, movimento que foi denominado de *rearranjo educacional*.

Seguindo a linha de investimento da Formação Continuada, já pelo sexto ano consecutivo, o Plano de Ação da Equipe de Educação Especial e Inclusiva prevê um calendário para grupos de estudos mensais toda última sexta-feira do mês, com Professoras das Salas de Recursos, Equipe da Classe Especial, Intérpretes e Instrutor de Libras e Brailista Transcritor. Nesses grupos de estudos, discutimos, estudamos e apresentamos temas escolhidos pelo próprio grupo, de acordo com as necessidades

do momento. É a equipe pela própria equipe, investindo na sua formação profissional, a exemplo do que nos apresenta Perrenoud (1999), que, ao tratar das características da Escola do Século XXI, propôs dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação de professores para o Ensino Fundamental, destacando a administração de sua própria formação continuada.

Ao longo dessa jornada, ampliamos o número de Profissionais de Apoio Escolar, segundo o previsto na Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), em seu art. 2, inciso XIII, e o número de Professores Mediadores e, conseqüentemente para esses profissionais, também ocorre Formação Continuada bimestralmente no período da realização do Conselho de Classe, permitindo a saída do profissional da escola sem prejuízo para o aluno acompanhado. Considerando a necessidade de um acompanhamento pontual para orientar a atuação desses profissionais, em 2022, foi criada a equipe de Conselheiras dos Profissionais de Apoio Escolar e Professores Mediadores, a exemplo do que já se fazia com Orientadores Pedagógicos e Professores. Dessa forma, essa equipe mantém o contato direto, orientando e apoiando esses profissionais. Nesse contexto foram instituídos os documentos/instrumentos de acompanhamento dos alunos atendidos, intitulados *Diário de Bordo do Profissional de Apoio Escolar e Registro Diário do Professor Mediador*.

Outro merecido destaque é a ação denominada de Cuidado Compartilhado em nível intersetorial, também registrada no documento já mencionado, Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva. O cuidado Compartilhado é o resultado de uma de uma parceria entre a Educação, Saúde, Assistência Social, principalmente, que surgiu nas discussões promovidas por um grupo denominado *Nós da Rede*.

Esse termo representa a complexidade simbólica de um nó, (encontrado na saúde pública, educação e assistência social), mas também para apresentar uma metáfora no que se refere ao entrelace de uma rede e sua relação com a integração desse coletivo em buscar estratégias para minimizar os possíveis danos causados aos usuários destes serviços. Além dos encontros mensais para discutir fluxo, promover

formação continuada e diálogo entre esses pares, os componentes do *Nós da Rede* têm como objetivo desconstruir a ideia de assistência emergencial, ou seja, tratar os pacientes apenas quando eles já estão doentes, e praticar a atenção primária, compreendendo que a Estratégia Saúde da Família (ESF) se fortalece como uma porta de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e consiste em uma atenção primária (Azevedo; Paes, 2020, p. 182).

Atualmente não contamos mais com a permanência do grupo, mas o legado permanece ativo e, com a criação de equipes de Psicologia e Serviço Social (2022) como parte integrante do Departamento Pedagógico, a Equipe de Educação Especial e Inclusiva ganhou aliados importantes para a condução da dinâmica de trabalho já estabelecida.

Visitas técnicas rotineiras com objetivos estabelecidos para orientar e acompanhar a equipe escolar em todos os processos de âmbito administrativo (documentação, matrícula, transferência, orientação aos responsáveis) e de âmbito pedagógico (adaptação curricular, planejamento educacional individualizado, adaptação de atividades) são a estratégia principal que caracteriza a dinâmica de trabalho da Equipe de Educação Especial e Inclusiva para concretizar suas atribuições.

O documento *Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva* recentemente passou por um processo de atualização, em consonância com o Regimento Escolar do Município e o Plano de Ação para 2025, que prevê, com a anuência do Secretário de Educação, a implantação de três grandes projetos descritos a seguir.

O Centro de Atendimento Educacional Multiprofissional (CENAEM) é um projeto em vias de estudo, para constituir-se num espaço que visa promover atendimento multiprofissional (Fonoaudiologia, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Psicologia, Psicomotricidade e Assistência Social), tendo como objetivo, contribuir diretamente, com o processo de aprendizagem do aluno que **não** é contemplado pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, e, portanto, não é público-alvo da Educação Especial e Inclusiva, mas que, por outras condições, apresenta grandes prejuízos em

seus processos de aprendizagem. Dessa forma, seu público-alvo prioritário seriam os casos de Transtornos da Aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção.

*CLÍNICA ESCOLA DO AUTISTA:* Projeto em andamento que atenderá às normas previstas na Lei Berenice Piana, Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A proposta contemplará o atendimento de alunos, matriculados na Rede de Ensino Municipal, de Guapimirim, diagnosticados com Laudo CID-11:6A02 — Transtorno do Espectro do Autismo — por Professores, Atendimento AEE (Sala de Recursos), Psicólogos, Fisioterapeutas, Psicomotricista, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Psicopedagogos, Neuropsicopedagogos e Assistente Social, especializados no manejo para atendimento pedagógico e terapêutico do público-alvo especificado.

*CENTRO DE ESTIMULAÇÃO FUNCIONAL:* O Centro de Estimulação Funcional é um projeto em vias de estudo que prevê a reorganização do trabalho realizado atualmente na Classe Especial, existente na EM Professora Acácia Leitão Portella. Instituída há quase duas décadas enquanto serviço da modalidade de Educação Especial, a Classe Especial distanciou-se significativamente no previsto pela Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que, em seu artigo 9º, destaca o caráter transitório na permanência de alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, fora das turmas em que foram matriculados. Em decorrência desse distanciamento, os alunos atualmente atendidos, em sua maioria, ultrapassaram a faixa etária prioritária para atendimento educacional aos cuidados da rede de ensino municipal, mas permanecem apresentando necessidades educacionais especiais com adaptações curriculares tão significativas, que a escola comum não consegue prover. Desta forma, a futura implementação de uma proposta exclusiva de Currículo Funcional Natural<sup>3</sup> como alternativa para minimizar a distorção existente entre idade

---

3 O Currículo Funcional Natural é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida diária dos educandos (Suplino, 2005).

cronológica e estágio de desenvolvimento, principalmente nos aspectos autonomia<sup>4</sup> e independência,<sup>5</sup> na rotina educacional até então vivenciada, permitiria à rede de ensino municipal cumprir com seu papel, também humanitário, subtendido no Decreto n. 11.793, de 23 de novembro de 2023, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Novo Viver sem Limite.

A Equipe de Educação Especial e Inclusiva organiza-se quinzenalmente, em reuniões, estudando, discutindo, propondo e encaminhando soluções viáveis para todas as demandas apresentada pela equipe e comunidade escolar.

Conforme descrito por Azevedo e Paes (2020), as exigências enunciadas através dos grandes acordos internacionais no sentido de cobrar severas mudanças no espaço escolar, tanto no aspecto teórico quanto no aspecto metodológico, fazendo cumprir o previsto na legislação Brasileira que ratifica e operacionaliza as ações voltadas para a Educação Inclusiva, através da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996, em seus artigos 58 e 59, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ 2008 e do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Esses documentos sinalizam a importância do trabalho educacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no sentido de dar visibilidade ao ser humano que traz consigo algum tipo de deficiência, promovendo assim a perspectiva de uma docência mais humanizada, que vise à educação de todos, não como uma produção em série de seres preparados para a competição e o consumo, como exige nossa atual sociedade; sustentamos a ideia central de um projeto que oferecesse à escola e todos, os seus profissionais um conjunto de conhecimentos que se desdobrassem em estratégias, promovendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

---

4 Autonomia: no sentido da possibilidade de decidir sobre sua vida e se autodeterminar.

5 Independência: no sentido do que consegue fazer sozinho, sem ajuda.

E nesse contexto foi proposto um projeto permanente, intitulado *Todo dia é dia de Incluir*. Uma proposta pensada com o objetivo de romper com o paradigma do “evento” promovido com propósito exclusivo de atender a um calendário, nacional ou internacional, envolvendo aspectos da Educação Especial. Esse projeto orienta para a operacionalização de propostas relacionadas à organização do ambiente físico, do ambiente psicossocial estratégias de promoção de inclusão, na rotina da escola, todos os dias, o ano inteiro.

Por fim, aceitar o desafio para organizar diretrizes que operacionalizassem os procedimentos básicos para a promoção de inclusão escolar no município de Guapimirim foi o primeiro passo para que, ao longo do tempo, as pessoas que passaram a integrar a equipe de Educação Especial e Inclusiva fossem compreendendo a importância do papel que desempenham enquanto representantes de uma Secretaria de Educação, atendendo a questões encontradas ao longo do texto da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tratam de “garantia de qualidade” dos serviços oferecidos pela rede de ensino, da incumbência do município de “baixar normas complementares para o seu sistema de ensino”, assumindo a tarefa de garantir direitos aos alunos que deles tiverem necessidade. Da mesma forma, a escrita do documento “Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva” ganhou *status* de ferramenta na orientação para as unidades escolares nesse processo que é inacabado, considerando a diversidade e os múltiplos desafios enfrentados diariamente, dos quais destacamos a busca infundável da parceria com as famílias, através do acolhimento feito nas unidades quando, entre outras estratégias, praticamos a psicoeducação e a intersetorialidade com os demais órgãos responsáveis pelo cidadão guapimirense.

## Referências bibliográficas

AZEVEDO, Jéssica Arantes; PAES, Sônia Moreira Araújo. Introdução às práticas pedagógicas inclusivas na educação de Guapimirim como ferramenta de transformação no município. **Dossiê Inclusão**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, mar. 2020. ISSN: 2317-0794. Disponível em: <https://revistadigitalformacaoemdialogo.blogspot.com/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais**: adaptações curriculares. Brasília, DF: MEC; SEF; SEESP, 1998. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/parametros-curriculares-nacionais-adaptacoes-curriculares-estrategias-para-a-educacao-de-alunos-com-necessidades-educacionais-especiais/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE; CEB, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF: CNE; CEB, 2001. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica n. 4/2014/MEC/SECADI/DPEE.** Brasília, DF: MEC; SECADI; DPEE, 2014. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15898-nott04-seca-di-dpee-23012014&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-seca-di-dpee-23012014&Itemid=30192). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.716, de 24 de setembro de 2018.** Altera o art. 4º da Lei nº 9.394/96 – LDBEN. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm). Acesso em: 13 mar. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** resultados da população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

GUAPIMIRIM. **Lei n. 859, de 24 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação 2015–2025, e dá outras providências. Guapimirim, RJ: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/guapimirim\\_lei859\\_15\\_planomunicipaldeeducacao.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/guapimirim_lei859_15_planomunicipaldeeducacao.pdf). Acesso em: 13 mar. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; FUNDAÇÃO PROCURADOR PEDRO JORGE DE MELO E SILVA (org.). **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular.** 2. ed. rev. e atualiz. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Lei n. 8192, de 4 de dezembro de 2018**. Obriga as escolas públicas e privadas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem cadeiras em locais determinados aos portadores de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Rio de Janeiro, RJ: Governo do Estado, 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-8192-2018-rio-de-janeiro-obriga-as-escolas-publicas-e-privadas-no-ambito-do-estado-do-rio-de-janeiro-a-disponibilizarem-cadeiras-em-locais-determinados-aos-portadores-de-transtorno-de-deficit-de-atencao-e-hiperatividade-tdah>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SÃO PAULO (ESTADO). **Portaria Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 6 de julho de 2009**. Dispõe sobre a terminalidade específica para alunos com necessidades educacionais especiais. São Paulo: Secretaria da Educação, 2009.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural**: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência, v. 11).

# Educação Especial no município de Japeri: aprendendo com as diferenças

Danielle Pavier Nalin Firmino<sup>1</sup>

Fernanda Papini Lima<sup>2</sup>

Fernanda Carvalho da Silva<sup>3</sup>

Mariana Vasques Azevedo<sup>4</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.4

O município de Japeri, situado na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, segundo o último Censo do IBGE de 2022, tem cerca de 96.289 habitantes. A história do município teve início em 1743, quando os bandeirantes paulistas ocuparam suas terras, denominando-as de Belém, pois as terras pertenciam a Morgado de Belém. As terras, até então, pertenciam à Freguesia de Paty do Alferes; mais tarde, passaram a pertencer à Freguesia de Sacra Família de Tinguá. A família de Morgado de Belém proporcionou grande desenvolvimento à região, incentivando a lavoura, a criação de engenhos de açúcar, a criação de várias casas, a instituição da Igreja

---

1 Psicopedagoga. É a Gestora do Setor de Orientação Educacional da Equipe Técnica do Setor de Educação Especial na Secretaria de Educação do Município de Japeri/RJ.

2 Pedagoga. É Chefe do Setor de Educação Especial na Secretaria de Educação do Município de Japeri/RJ.

3 Psicopedagoga da Equipe Técnica do Setor de Educação Especial da Secretaria de Educação do Município de Japeri/RJ.

4 Psicóloga. Integra a Equipe Técnica do Setor de Educação Especial da Secretaria de Educação do Município de Japeri/RJ.

do Menino de Deus de Belém, a criação de um teatro e a inauguração da primeira escola, em 1872.

Por influência da família do marquês, foi criada a Estrada de Ferro de Dom Pedro II, cuja estação foi inaugurada em 08 de dezembro de 1858. Com a morte do Marquês de São João Marcos, seus herdeiros venderam as terras, que passaram a pertencer a outras localidades. Em 1906, enquanto pertencia ao distrito de Vassouras foi cedida ao distrito de Nova Iguaçu, retornando a Vassouras no ano seguinte. Em 1947, os indígenas da tribo Itaguaís que viviam as margens do Rio Guandu que corta o município, começaram a chamar a cidade de Yaperi, nome de uma planta semelhante ao junco, que flutuava nos pântanos da região, dando origem ao nome Japeri. Em 1951, a cidade passou a constituir, juntamente com Engenheiro Pedreira, o 6º distrito de Nova Iguaçu.<sup>5</sup>

No dia 30 de junho de 1991, Japeri conquistou sua emancipação do município de Nova Iguaçu, passando a ser constituído pelas localidades de Japeri, Engenheiro Pedreira, Jaceruba e Rio D'Ouro. Por muito tempo, Japeri foi considerada uma cidade dormitório, pois a maioria de seus munícipes saíam para trabalhar fora. Hoje o município tem demonstrado um crescente crescimento no número de lojas comerciais e serviços relevantes, como bancos e policlínica, além da construção de uma maternidade já autorizada em parceria com o governo federal.

## **Panorama da Educação no município de Japeri**

Atualmente, o município de Japeri possui 36 escolas na rede pública e 2 convênios com a iniciativa privada que atendem a creche e pré-escola. Em 2025, o município atendeu o número de 12.920 alunos, do berçário à EJA. Desse total, 351 alunos são público da Educação Especial, sendo 337 alunos com laudos e 14 alunos em investigação, como mostra a tabela a seguir:

---

5 WIKIPÉDIA. **Japeri**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Japeri>. Acesso em: 13 nov. 2024.

**Tabela 1 – Público da Educação Especial na Rede Municipal de Japeri (2025)**

<b>Público da Educação Especial</b>	<b>QUANTIDADE</b>
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	222
DEFICIÊNCIA VISUAL	08
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	10
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	35
DEFICIÊNCIA FÍSICA	10
PARALISIA CEREBRAL	14
TRANSPLANTADO	02
SÍNDROME DE DOWN	09
HIDROCEFALIA	02
MIELOMENINGOCELE	02
AVC (SEQUELAS MOTORAS)	01
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA + DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	11
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA + DEFICIÊNCIA VISUAL	02
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA + MICROCEFALIA	02
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA + DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL + DEFICIÊNCIA AUDITIVA	01
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA + PARALISIA CEREBRAL	02
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL + DEFICIÊNCIA FÍSICA	01
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL + PARALISIA CEREBRAL	01
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL + DEFICIÊNCIA AUDITIVA	01
SURDO CEGUEIRA	01
INVESTIGAÇÃO DE TEA	14

**Fonte:** Elaboração própria.

Como apoio para esses alunos, o município dispõe de 25 cuidadores concursados e 30 cuidadores em regime de dobra, totalizando 55 cuidadores. Esses são responsáveis em auxiliar o professor regente no cuidado, higiene, locomoção e alimentação dos alunos PCDs (Pessoa com Deficiência). Todos os alunos público da Educação Especial possuem Plano

Educacional Individualizado (PEI), elaborado em conjunto pelo professor regente, orientador educacional, orientador pedagógico e professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A fim de garantir aos alunos condições que favoreçam uma aprendizagem significativa respeitando as suas especificidades, o município dispõe de 11 Salas de Recursos Multifuncionais que hoje atendem 164 alunos.

### **Centro Multiprofissional de Atendimento Especializado (CMAE)**

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9.394/96 (LDB), que, em seu artigo 59, nos diz que a Educação Especial deve ser organizada de forma a atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno, considerando sua deficiência, transtorno do espectro do autismo ou outra condição. Pensando numa forma para realizar nossas ações pedagógicas com essa população do município, em agosto de 2006, foi elaborado um projeto, denominado Projeto Cores, no qual uma psicóloga que era professora da rede, Simone Campos, e a coordenadora do setor de Educação Especial na época, a Sr.<sup>a</sup> Vânia, elaboraram um projeto para atender as crianças da rede municipal que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

A princípio, o projeto aconteceu dentro de algumas escolas do município, mas, no ano de 2007, ocorreram algumas mudanças e o Projeto Cores passou a se chamar CEIA – Centro Integrado de Atendimento. Entre as mudanças, o projeto passou a desempenhar a abordagem clínica, saindo das escolas e passando a funcionar nos seguintes locais: CRAS Japeri, Biblioteca Municipal de Japeri, Centro de Cidadania, Prev Imagem e CRAS do bairro Alecrim. Alguns profissionais da rede, que eram especialistas, foram desviados para atuarem no projeto, entre os quais foram fonoaudiólogos e psicopedagogos.

No ano de 2013, foi realizado um concurso público e novos profissionais agregaram ao projeto. Em 2020, a Resolução n. 01/2020 regulamentou o projeto, passando o mesmo a ser denominado como CMAE– Centro Multiprofissional de Atendimento Especializado. Hoje, o CMAE – Centro Multiprofissional de Atendimento Especializado é composto por profissionais

especialistas em Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia, Arteterapia e Serviço Social. Ele funciona em 2 polos de atendimento, localizados em Engenheiro Pedreira e em Japeri. Ambos atendem alunos da rede municipal de ensino que apresentam dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem, assim como os alunos PCDs. São atendidas, em média, 333 crianças nos dois polos do CMAE. Os atendimentos ocorrem uma vez por semana de forma individual e com duração de 40 minutos.

## Alguns atendimentos

### Intervenção Psicopedagógica para alunos com Transtorno do Espectro Autista e Deficiência Intelectual

**Imagem 1** — Fotografia de uma atividade pedagógica voltada ao desenvolvimento da consciência fonêmica, utilizando o método “Boquinhas”<sup>6</sup>



**Fonte:** Elaboração própria.

---

6 Na imagem, uma criança está sentada à mesa, realizando a atividade, com o rosto coberto por um *emoji*. Sobre a mesa azul, há diversos materiais didáticos ilustrativos, como cartas com desenhos, letras, bocas posicionadas para indicar os fonemas e figuras associadas ao som das letras.

**Imagem 2** – Fotografia de uma atividade lúdica realizada por uma criança, com o rosto coberto por um *emoji* de olhos em formato de coração, preservando sua identidade<sup>7</sup>



**Fonte:** Elaboração própria.

---

7 A criança está sentada à mesa, manipulando bonecos e brinquedos diversos, organizados em fileiras sobre uma superfície azul. À esquerda da imagem, há uma caixa plástica com vários brinquedos misturados, incluindo dinossauros, personagens e utensílios em miniatura.

## Intervenção para estímulo de leitura e escrita

**Imagem 3** – Fotografia de uma criança realizando atividade de escrita<sup>8</sup>



**Fonte:** Elaboração própria.

Pareamento com Lego e Associação de Letra inicial e brinquedos —  
Intervenção Psicopedagógica com alunos com Transtorno do Espectro  
Autista e Deficiência Intelectual

---

8 A criança está sentada à mesa azul, escrevendo com lápis sobre uma folha de papel. Seu rosto está coberto por um *emoji*. Sobre a mesa, há várias cartelas coloridas com personagens do filme *Divertidamente* (Disney/Pixar), contendo frases que remetem a emoções e pensamentos.

**Imagem 4** — Fotografia de uma atividade pedagógica realizada por uma criança<sup>9</sup>



**Fonte:** Elaboração própria.

- 
- 9 A criança com o rosto coberto por um *emoji*, sentada à mesa, manipulando blocos de montar organizados por cor e formato. Na superfície da mesa, há três folhas com desenhos retangulares coloridos, que parecem servir como modelos ou esquemas para o encaixe dos blocos. A criança usa a correspondência entre as cores e formas para organizar as peças de acordo com os modelos propostos.



## **Soletrando / Classificação e Categorização – Intervenção Psicopedagógica para alunos com Deficiência Intelectual**

**Imagem 6** – Fotografia de uma atividade pedagógica realizada por uma criança, com o rosto coberto, sentada à mesa azul<sup>11</sup>



**Fonte:** Elaboração própria.

---

11 A criança está diante de um círculo roxo contendo as letras do alfabeto em ordem, no qual está posicionado um brinquedo giratório no centro. Ao redor do círculo, estão espalhadas cartas ilustradas com imagens de objetos e alimentos.

**Imagem 7** — Fotografia de uma atividade pedagógica de classificação realizada por uma criança, com o rosto coberto, sentada à mesa azul<sup>12</sup>



**Fonte:** Elaboração própria.

Os terapeutas reúnem-se uma vez ao mês para fazer estudos de caso, a fim de traçar estratégias que otimizem o atendimento dos alunos. Além do atendimento individual ao aluno, os terapeutas realizam reuniões com os orientadores educacionais das unidades escolares, para orientá-los em relação às práticas pedagógicas, buscando atender às necessidades específicas de cada educando.

## **Reunião de Acolhimento**

Nesse ano de 2024, com a presença dos Assistentes Sociais atuando nos polos do CMAE, foi possível prestar um serviço de escuta e orientação

---

12 Há um conjunto de recipientes plásticos transparentes, contendo bolinhas macias (pompons) de cores distintas como azul, vermelho, amarelo e verde e números sugerindo uma atividade de organização e contagem.

aos responsáveis dos alunos atendidos. A cada quinzena é realizado no CMAE uma roda de conversa com psicólogos e assistente social, visando ao acolhimento psicossocial dos responsáveis. O objetivo maior das reuniões de acolhimento, além da orientação e escuta aos responsáveis, é garantir os direitos dos alunos.

## **Grupo Terapêutico Acolher**

Estamos formulando, para o início no ano de 2025, o grupo terapêutico Acolher, que promoverá reuniões quinzenais com psicólogos para as mães atípicas, a fim de proporcionar um local de escuta para elas. O projeto prevê uma parceria com secretaria de cultura com o objetivo de viabilizar oficinas de artesanato que possibilitem às mães desenvolverem habilidades que lhes possam gerar uma renda extra.

## **APAE em Japeri**

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais está presente no município de Japeri e tem convênio com a Secretaria Municipal de Educação. Nossos alunos PCDs que não estão em atendimento no CMAE são atendidos em diversas especialidades na APAE.<sup>13</sup>

## **Considerações finais**

Pensar a Educação Especial no município de Japeri é pensar nos desafios e na riqueza que a diversidade nos propõe diariamente. No desejo de garantir o acesso e a permanência dos nossos alunos PCDs na escola, fazendo acontecer verdadeiramente a inclusão nesse chão e combatendo o discurso capacitista, que infelizmente ainda se faz presente na fala e na prática de alguns educadores. Seguimos em busca de parcerias que fomentem a conscientização e a capacitação de todos que permeiam a educação no município.

---

13 JAPERI GOLFE. **Imagem do campo de golfe de Japeri**. Disponível em: <https://www.japerigolfe.com.br/wp-content/uploads/banner/1518085737.jpg>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Nesse contexto, tem sido de grande relevância para o município de Japeri, poder participar das discussões geradas no Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense. As discussões levantadas coletivamente no fórum nos possibilitam estender aos nossos municípios caminhos possíveis de se pensar e fazer política pública comprometida, em favor de uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva.

Temos muito a fazer no município de Japeri e um longo caminho a percorrer, mas os pequenos passos dados até aqui, assim como as pequenas vitórias diárias, nos fazem ter disposição de lutar, acreditando que a escola é um espaço para todos, sem distinção.

## Referências

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 nov. 2024.

JAPERI. **Resolução n. 01/2020.** Dispõe sobre o CMAE – Centro Multiprofissional de Atendimento Especializado. Japeri, RJ: Diário Oficial do Município, 2020.

JAPERI. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Japeri>. Acesso em: 13 nov. 2024.

# Políticas de Educação Especial e Inclusiva no município de Miguel Pereira: desafios e possibilidades

Claudia da Costa Machado<sup>1</sup>

Juliana Monsores Furtado dos Santos<sup>2</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.5

A educação é um direito humano básico, de todos, conforme sinalizado na Constituição Brasileira (1988), independentemente das condições sociais, econômicas e características específicas como raça, religião e deficiência. Visto que é para todos, entende-se que a educação deve ser inclusiva.

Em virtude desse direito, políticas públicas e legislações vem sendo implementadas a nível internacional, nacional, estadual e municipal, amparando a inclusão educacional, mais especificamente das pessoas com deficiência, dentre as quais podemos citar: Declaração de Salamanca/1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394/96, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva/2008, o Plano Nacional de Educação/2014 e a Lei Brasileira de Inclusão/2015. Assim sendo, o número de matrículas desse público tem aumentado consideravelmente nas escolas comuns, fato que gera muitos desafios e reflexões sobre a realidade das práticas escolares.

---

1 Mestra em Educação pela UNESA, Professora da rede municipal de Miguel Pereira e atualmente Coordenadora da Educação Especial de Miguel Pereira.

2 Professora da rede municipal de Miguel Pereira e atualmente gestora de uma escola. Atuou na equipe de Educação Especial de 2022 a 2024.

Esse movimento tem como base a garantia de acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos nas escolas comuns, com respeito às necessidades educacionais de cada um, visando ao seu desenvolvimento integral.

Nesse sentido, procuramos compreender e refletir sobre como se organizam as políticas públicas de Educação Especial e Inclusiva na rede municipal de Miguel Pereira (RJ), visto que, segundo Ball (2013), as políticas não são meramente implementadas, mas atuadas de acordo com cada contexto em que estão inseridas.

### **Contexto regional do município de Miguel Pereira**

O município de Miguel Pereira situa-se na região Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a aproximadamente 127 km da capital carioca. Com 69 anos de emancipação político-administrativa e uma população estimada em 28.000 habitantes, suas belezas naturais e seu clima privilegiado favoreceram o crescimento social e urbano no decurso das primeiras décadas do século XX.

A arrecadação municipal é proveniente de 15% de receitas próprias e 85% dos repasses estaduais e federais – ICMS, Fundo de Participação dos Municípios e Royalties do Petróleo – conforme dados do Plano Municipal de Educação (PME/2014–2024.) É hoje um município voltado basicamente para o comércio, principalmente na área de alimentação e gastronomia como mercados, restaurantes e lanchonetes, e o turismo, destacando-se significativamente neste último, com propagandas e construção de espaços de lazer e visitação, onde se expandiram de forma expressiva também os serviços de hotelaria e o ramo de construção civil.

Em âmbito educacional, de acordo com o portal de dados educacionais (QEDU 2025),<sup>3</sup> o município possui 40 escolas, sendo 30 municipais; 5 estaduais e 5 privadas. A rede municipal tem uma trajetória do IDEB (Índi-

---

3 QEDU. Miguel Pereira. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3302908-miguel-pereira>. Acesso em: 12 mar. 2026.

ce de Desenvolvimento da Educação Básica) frequentemente dentro ou próximo às metas esperadas, ocupando posição de destaque no estado do Rio de Janeiro.

## **A Educação Especial do município de Miguel Pereira**

A Rede Pública Municipal de Ensino atende estudantes desde a Creche ao 9º ano do Ensino Fundamental e as Etapas I e II da Educação de Jovens e Adultos, perfazendo um total de aproximadamente 4.000 estudantes. Possui 30 unidades escolares, dentre elas, 6 Creches municipais, 5 Creches do *Programa Minha Creche, Meu Amor*, 6 escolas em tempo integral e 1 Centro Municipal de Educação Infantil em tempo integral, sob os cuidados diretos da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação. Atualmente, contamos com uma média de 230 estudantes com deficiência e/ou transtornos; dentre estes, alguns se encontram em processo de investigação.

A Secretaria Municipal de Educação, disponibiliza Coordenadores Pedagógicos, Inspectores Escolares, Pedagogos e Assistente Social que dão suporte técnico-administrativo-pedagógico às unidades e formação continuada para cada segmento, modalidade e serviço que é oferecido.

A Secretaria Municipal de Educação tem como diretriz pedagógica a concretização de ações básicas para todos, com vistas a garantir o acesso e a permanência de cada estudante na escola e o sucesso de sua formação escolar, contribuindo assim para a inclusão social e o exercício da cidadania, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais e as normas legais locais, definindo pressupostos que garantam a equidade e a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A política educacional do município baseia-se tanto na atual perspectiva educacional — a inclusão —, como também na Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PMEEPEI 2023), desviando o foco da deficiência e enfatizando o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem, pois em vez de procurar no estudante a origem de um impedimento, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve lhe proporcionar para que obtenha êxito escolar.

Nessa direção, a Educação Especial é entendida como elemento integrante e indistinto do sistema educacional que se realiza transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos estudantes ao exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Suas ações devem refletir o entendimento de que todos podem aprender, dando ênfase à convivência e à aprendizagem na heterogeneidade como a melhor forma para a construção do conhecimento, promoção da cidadania e afirmação da democracia social.

Segundo o que foi proposto no Plano Municipal de Educação (PME 2014–2024), a inclusão escolar se fundamenta em pressupostos éticos e democráticos de reconhecimento e valorização da diversidade, como características inerentes à constituição de qualquer sociedade, com princípios éticos e políticos estabelecidos no cenário dos Direitos Humanos, afirmando a importância de garantir o acesso e a participação de todos, em todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades dos alunos.

O município propõe uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos estudantes, onde a participação da comunidade é fator essencial. A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, é promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino que são oferecidos. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida prioritária. Entre outras características dessa política, vale ressaltar a importância da flexibilidade e diversidade, porque o espectro das necessidades especiais é variado, pois as realidades são bastante diversificadas no município.

Para a identificação das demandas e seu adequado tratamento, existe o Setor de Atendimento Educacional Especializado, que também contempla as condições do contexto socioeconômico e cultural por meio de observação sistemática da trajetória das crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência, como o desempenho acadêmico, o comportamento, a frequência escolar, o contexto familiar, suas especificidades e necessidades de forma articulada entre os setores de educação, saúde e assistência social.

Como suporte à inclusão, temos as Salas de Recursos Multifuncionais e o Centro de atendimento Educacional Especializado, que tem por objetivo ampliar as possibilidades de uma educação baseada na inclusão. A rede municipal possui 8 Unidades escolares com Salas de Recursos em funcionamento. Os estudantes das demais unidades são atendidos no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CEATEE) ou pelo serviço de CEATEE Itinerante, onde os professores vão às Unidades. São ofertados recursos pedagógicos e de acessibilidade complementando ou suplementando a aprendizagem dos alunos matriculados na rede municipal de ensino.

O CEATEE trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de otimizar os encaminhamentos para os profissionais da saúde, visando a um atendimento mais rápido e eficiente dos estudantes. No CEATEE, são oferecidos serviços de Estimulação Cognitiva, Estimulação Psicomotora, Estimulação para habilidades de alfabetização, para alunos com transtornos severos de aprendizagem e Estimulação de habilidades de matemáticas e raciocínio lógico. A rede oferta também profissional de apoio à inclusão dos estudantes com comprovada necessidade desse serviço, por meio do Programa Residência Pedagógica e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Cabe destacar ainda que o município está em fase de tramitação de concurso público para profissionais que atuarão na Educacional Especial e Inclusiva, visando a ampliação e garantia dos serviços.

## **Desafios e possibilidades diante da demanda de inclusão**

Diante do crescente número de matrículas de estudantes público da Educação Especial e Inclusiva, enfrentamos maiores desafios. Dentre esses, lidamos ainda com barreiras arquitetônicas e atitudinais; turmas com número significativo de estudantes com deficiência e/ou transtornos; ampliação da oferta de formação para os profissionais da educação; laudos médicos solicitando profissional de apoio à inclusão indiscriminadamente; famílias que não buscam o suporte de saúde e terapêutico adequado para os estudantes, o que, conseqüentemente, interfere diretamente no desempenho escolar; infrequência dos estudantes público do AEE; dentre outros.

Com o objetivo de transpassar as barreiras acima citadas e garantir o acesso, a permanência e a educação de qualidade aos estudantes público do AEE, tendo em vista que, de acordo com Pletsch (2014), a inclusão vai além do acolhimento, são necessárias práticas pedagógicas eficazes e implementação da cultura de inclusão nas escolas. O município de Miguel Pereira vem desenvolvendo as seguintes estratégias:

- Prioridade de vaga para matrícula de estudante com deficiência e/ou transtorno;
- Reforma com adequação à acessibilidade nas unidades escolares;
- Formação continuada com a temática da Educação Inclusiva ofertada a todos os profissionais da educação;
- Currículo adaptado;
- Parceria com as famílias e equipe multidisciplinar que atendem os estudantes;
- Campanhas de conscientização sobre a inclusão e o respeito às diferenças;
- Promoção de eventos em intersetoriais no município promovendo a diversidade;
- Oferta de profissional de apoio de acordo com a necessidade de cada estudante;
- Conscientização junto às famílias quanto a real necessidade de suporte escolar dos estudantes;
- Parceria entre o Setor de Educação Especial e Inclusiva com o Setor de Assistência Social, Conselho Tutelar e serviços de saúde ofertados pelo município;
- Acompanhamento técnico-pedagógico de orientação às equipes escolares;
- Oferta de transporte escolar de acordo com a necessidade do estudante público do AEE;

- Acolhimento e orientação às famílias;
- Investimento em lousa digital para todas as salas de aula regulares, salas de recursos e salas do Centro de Atendimento Educacional e Especializado para auxílio na aprendizagem de todos os estudantes;
- Implementação da Política Municipal de Educação Especial;
- Criação de vagas de concurso público para profissionais do AEE, incluindo professor de AEE, professor e intérprete de Libras, professor de Braille e profissional de apoio à inclusão.

As estratégias acima citadas vêm contribuindo significativamente para a promoção da garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes do município de Miguel Pereira. É através do compromisso coletivo entre governo, profissionais da educação e famílias que a inclusão acontece de fato nas escolas.

## **Considerações finais**

A Educação Especial e Inclusiva Educacional é um tema de grande relevância e complexidade, que envolve não apenas aspectos de adaptações pedagógicas e arquitetônicas, mas também uma mudança cultural profunda em todos os setores de nossa sociedade. Ao longo deste trabalho, discutimos os desafios enfrentados pela rede Municipal de Educação do município de Miguel Pereira-RJ que ainda persistem na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva.

No entanto, também abordamos estratégias que vêm sendo realizadas, ofertando, assim, possibilidades para que a inclusão educacional efetivamente aconteça. Observamos que a promoção de ambientes de aprendizagem inclusivos proporciona benefícios tanto para os estudantes com deficiência como para toda a comunidade escolar. O desenvolvimento da empatia, do respeito e da valorização das diferenças resulta em transformação social, pois os estudantes se tornam cidadãos capazes de conviver com a pluralidade.

Além disso, a garantia de educação de qualidade para todos contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A inclusão

promove o desenvolvimento social e econômico ao permitir que pessoas com deficiência se tornem cidadãos ativos e autônomos, capazes de contribuir para suas comunidades.

Continuar avançando na inclusão educacional é o compromisso do município de Miguel Pereira. A participação no coletivo do Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense tem sido de extrema importância no desenvolvimento do trabalho com a Educação Especial Inclusiva que o município oferta. A troca de experiências entre profissionais que compartilham de situações comuns a todos, bem como a oferta de acesso à formação contribuem sobremaneira para a estruturação sólida e um trabalho efetivo.

Nesse sentido, concordamos com Araújo (2016), pois entendemos que formação continuada de professores desenvolve competências, habilidades e sensibiliza no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas capazes de valorizar e atender à diversidade e às demandas existentes nesse contexto.

## Referências

ARAÚJO, D. F. de. **Formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva na Baixada Fluminense**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar/PPGEDuc, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.

BALL, Stephen. **Education Policy and Social Class: The Selected Works of Stephen J. Ball**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L13005.htm). Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).

MIGUEL PEREIRA. **Plano Municipal de Educação de Miguel Pereira**. Miguel Pereira, RJ: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/Miguel\\_Pereira\\_Lei\\_2.913\\_15\\_Plano\\_Municipal\\_de\\_Educacao.PDF.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/Miguel_Pereira_Lei_2.913_15_Plano_Municipal_de_Educacao.PDF.pdf). Acesso em: 14 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2024.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: NAU/EDUR, 2014.

# A estrutura e o funcionamento da Educação Especial em Paty do Alferes/RJ

Moisés Pires Teixeira<sup>1</sup>

Vânia Cláudia da Silva Castro<sup>2</sup>

David de Mello Silva<sup>3</sup>

Cristiane Ramos da Costa<sup>4</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.6

Este texto resulta de uma revisão colaborativa que trata sobre o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência na rede pública de ensino de Paty do Alferes/RJ, que compreende os anos de 2020 a

- 
- 1 Mestre em Ensino de História/UFRRJ, doutorando em Ciências Ambientais e Conservação/UFRJ – CAPES, pesquisador com especialização em Gestão Escolar e Educação Especial e Inclusiva, gestor da Educação Especial e Inclusiva de Paty do Alferes/RJ (2017–2024) e professor da Seeduc/RJ. E-mail: profmoisespires@gmail.com.
  - 2 Graduada em Pedagogia/UVA e Geografia/UERJ – FAPERJ, Supervisão Escolar/UFRJ. Pesquisadora e com especialização em Educação Especial e Inclusiva, gestora da Educação Especial e Inclusiva de Paty do Alferes/RJ (2017–2024) e professora aposentada de Miguel Pereira/RJ. E-mail: vaniaclaudia.castro@gmail.com.
  - 3 Graduado em Educação Física, Pedagogia e Filosofia, com especialização em MBA Gestão Empreendedora e em Educação Física Inclusiva, Secretário de Educação da Seduc de Paty do Alferes/RJ (2020–2024) e atualmente gestor da Educação Especial e Inclusiva e professor da Seeduc/RJ. E-mail: ddemellodavid@gmail.com.
  - 4 Graduada em Letras (Português/Inglês), com especialização em Planejamento Estratégico Educacional, Subsecretária de Educação da Seduc de Paty do Alferes/RJ (2020–2024) e professora da Seeduc/RJ. E-mail: cris.pepebiel@gmail.com.

2024. O objetivo desta pesquisa foi analisar a estrutura e o funcionamento da Educação Especial e inclusiva na Educação Básica em Paty do Alferes, localizada no estado do Rio de Janeiro, por meio de uma revisão documental das práticas escolares e de legislações municipais que tratam da temática em questão.

Consideramos ainda as práticas e as questões levantadas em formações continuadas e momentos de reflexões, realizadas pelos professores das classes regulares, professores de Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio (“mediadores”), também pela equipe multidisciplinar da rede Municipal de Ensino de Paty do Alferes, assim como pela equipe pedagógica das Unidades de Ensino compostas pelo trio gestor (diretores gerais, diretores pedagógicos e orientadores).

Também consideramos os apontamentos realizados por alguns dos pesquisadores do Observatório de Educação Especial e Inclusiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Márcia Denise Pletsch. Por meio dessas ações, se propôs o alinhamento da teoria e da prática relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, considerando as especificidades da Educação Especial, numa perspectiva inclusiva e colaborativa, favorecendo uma importante parceria entre a universidade pública e a rede pública municipal de Educação, orientada pelos ideais da Ciência Cidadã (Pletsch *et al.*, 2024).

A intenção inicial era buscar com as formações e o grupo de estudos local a eliminação de diversas barreiras, principalmente as atitudinais constituídas por paradigmas fundamentados na perspectiva biomédica, focados na incapacidade e que tanto prejudica o processo educacional do estudante com deficiência. Identificamos, logo no início da nova gestão desta coordenação em 2021, a presença de uma cultura escolar no “chão” das escolas, que considerava o estudante com deficiência como incapaz, sendo o ambiente escolar visto apenas como espaço de interação e não de aprendizado cognitivo, ou seja, de escolarização dos indivíduos (Julia, 2001).

Para isso, pensamos no desafio de se trabalhar com temas tão ricos e intrínsecos ao ensino-aprendizagem, focando no desenvolvimento das potencialidades dos aprendizes com deficiência, com a construção de

práticas e recursos pedagógicos pareados pelos pressupostos presentes no Desenho Universal da Aprendizagem — DUA. Assim, a importância deste estudo reside na necessidade premente de compreender a realidade da Educação Especial a nível local, a fim de identificar não apenas os desafios existentes, mas também as oportunidades latentes e as possíveis melhorias que podem ser adotadas. “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática [...]” (Freire, 2003, p. 40).

### **A estrutura e o funcionamento da Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Paty do Alferes**

Paty do Alferes é um município localizado na região Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro, com uma população de aproximadamente 27.000 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.<sup>5</sup> A economia local é impulsionada principalmente pela agricultura. A comunidade é marcada pela forte tradição cultural e religiosa. Tendo uma área de 348 km<sup>2</sup>, a cidade apresenta uma densidade populacional de 75 pessoas por km<sup>2</sup>. Além disso, a pirâmide etária mostra uma distribuição equilibrada entre as faixas etárias, com destaque para a presença de jovens adultos, o que impacta diretamente nas políticas públicas relacionadas a educação e empregabilidade. O Sistema Educacional em Paty do Alferes é composto por escolas da rede pública e privada, atendendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Existem também instituições de Ensino Superior, que oferecem cursos à distância. Além disso, o município conta com programas de Educação para Jovens e Adultos (Araújo; Silva, 2018; Silva; Santos, 2019).

No período compreendido entre os anos de 2020 e 2024, decisões técnico-pedagógicas provocaram algumas reconfigurações na estrutura e no funcionamento da Educação Especial Inclusiva em Paty do Alferes/RJ — considerando as legislações federais e estaduais existentes, e o marco que já tinha sido definido anteriormente a nível municipal, como o público e os profissionais envolvidos. A equipe gestora, juntamente com os profissionais

---

5 Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>.

da área, organizaram os aspectos materiais (espaços, instrumentos e recursos de acessibilidade) e as formas operacionais da Educação Especial municipal numa perspectiva inclusiva, por meio de legislações e documentos oficiais construídos colaborativamente, e que foram estrategicamente articulados para a reestruturação da Educação Especial patiense.

O documento norteador inicial da Secretaria de Educação em pauta é o Decreto-Lei n. 2.172/15 (2022b), que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, baseada na versão nacional que trata das mesmas temáticas. Nele foram condensadas as seguintes informações: o público a quem se destina; a que órgão caberia a sua organização e funcionamento, colocando o foco da ação educativa na criança; como os atendimentos dever ser realizados; os profissionais envolvidos e as parcerias necessárias. Mesmo após sete anos do documento norteador a nível nacional, ele representou um avanço no desenvolvimento da Educação Inclusiva, já com orientações para que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) atuasse como serviço não substitutivo ao ensino regular (Brasil, 2008). Vejamos a tabela abaixo:

**Tabela 1** – Pesquisa documental

Documento	Assunto
Decreto-Lei nº 2.172/2015	Dispõe sobre a Política Municipal da Educação Especial na perspectiva inclusiva
Decreto-Lei nº 2.912/2022a	Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista
Deliberação nº 15/08-09-2022b	Fixa normas para a Educação Especial e inclusiva para o AEE
Deliberação nº 16/07-11-2022c	Estabelece as Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva
Parecer nº 003/29-09-2022d	Carga Horária e Progressão do estudante com deficiência
Parecer nº 002/17-03-2023	Oferta de Profissionais de Apoio Escolar (mediadores)

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Neste contexto, a partir de 2020, realizamos formações continuadas, estudos de casos e reuniões entre os profissionais envolvidos diretamente com a Educação Especial, em que buscamos refletir perante os dados revelados pelos documentos oficiais utilizados àquela altura. Começamos a pensar e debater sobre a configuração da estrutura organizacional e do funcionamento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o que incitou questões como: Quais eram as práticas utilizadas? Quais deveriam ser mantidas e quais possibilidades e estratégias poderiam surtir melhores efeitos sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem? (Kassar, 2016; Nóvoa, 1995; Tardif, 2010; Teixeira, 2020).

Assim, conseguimos construir colaborativamente uma normativa e as diretrizes para a Educação Especial, além de pareceres necessários e de alguns documentos intitulados *Plano de Ensino Individualizado* e os utilizados pelos profissionais, como por exemplo, os relatórios, os planejamentos, entre outros. A Deliberação Municipal n. 15, de 08 de setembro de 2022, visa fixar as normas para o funcionamento da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado, reafirmando o público e a inclusão nas classes comuns, os objetivos dessa modalidade e os profissionais envolvidos. Versou sobre o direito ao Plano de Ensino Individualizado, criou critérios sobre o atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, esclarecimentos sobre currículo e avaliação, além da possibilidade de parcerias intersetoriais e criação de núcleos e/ou espaços de atendimento especializado, quando necessário.

Já a Deliberação n. 16, de 07 de novembro de 2022c, buscou estabelecer as Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva em Paty do Alferes, contribuindo para a solidificação das atribuições de cada profissional da Educação, desde os professores de AEE até os diretores pedagógicos. Além disso, detalhou sobre os aspectos da construção do PEI e dos protocolos de atendimento, assim como o organograma de funcionamento dessa coordenação.

Considerando os aspectos quantitativos, a Rede Municipal de Educação de Paty do Alferes conta atualmente com 24 unidades escolares (considerando as creches), das quais a maior parte passou por reformas

ou foram construídas, adequando-se às diretrizes de acessibilidade física. Contam com Salas de Recursos Multifuncionais e sensoriais, sendo que oito delas são polos de atendimento especializado. Ainda há complementação das atividades educacionais na Equoterapia e na Natação, para os estudantes com deficiência que tenham essas necessidades, em parceria com a Secretaria de Educação. Tenhamos uma visão panorâmica a seguir:

**Tabela 2** – Quantitativo 2024

Total de estudantes público	160
Deficiência Física e Motora	04
Transtornos Globais do Desenvolvimento	13
Transtorno do Espectro Autista	77
Síndrome de Down	09
Deficiência Intelectual	32
Paralisia Cerebral	04
Baixa audição	01
Baixa visão	02
Múltiplas Deficiências	18
Total de Mediadores	34
Total de Atendimento Domiciliar	03
Total de Professores de AEE	08
Coordenadores da modalidade	02
Total de equipe multidisciplinar	14

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Durante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), são utilizados diversos recursos pedagógicos e de acessibilidade, como materiais adaptados, *softwares* educacionais, tecnologias assistivas, entre outros, que possibilitam aos alunos com necessidades especiais participarem ativamente das atividades escolares e garantem o acesso ao conhecimento de maneira igualitária. Além disso, o AEE também tem o papel de orientar a equipe escolar, promovendo a formação continuada dos professores e demais profissionais envolvidos no processo educativo, proporcionando

um ambiente inclusivo e acolhedor para todos, com materiais didáticos acessíveis, bem como recursos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência (Cordeiro; Souza, 2024).

Considerando as leis municipais 12.764/12 e 13.146/15 e as leis federais 2.172/15 e 2.912/22a, foi pensado, discutido e construído o Espaço TEA AME (Atendimento Multidisciplinar Especializado), com práticas que visam ao atendimento técnico/pedagógico numa perspectiva biopsicossocial, voltado para estudante com o Transtorno do Espectro Autista, com intervenções que favorecem o desenvolvimento educacional e funcional, além de proporcionar formações continuadas, trocas com os docentes das escolas e acolhimento às famílias.

Pensando também em atender aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais e de acordo com a Lei 14.254/21, a Seduc montou o Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado para o atendimento aos estudantes com transtornos de aprendizagem, visando fortalecer as ações pedagógicas nas escolas. Firmamos ainda parceria com o Instituto Benjamin Constant, em que foi criado no município um Polo de Atendimento Especializado aos estudantes cegos e com baixa visão. Cabe ressaltar que a realização de todas as práticas é pautada no modelo biopsicossocial de intervenção (Rodrigues *et al.*, 2023).

Em relação aos profissionais de Mediação, a formação mínima exigida tanto para concurso quanto para o processo Seletivo, é a nível Médio com Magistério, já que os mesmos atuam nas escolas visando ao desenvolvimento educacional integral dos estudantes. Sobre a qualificação e o preparo dos professores e demais profissionais que trabalham nessa área, desde 2019, realizamos formações continuadas, como a intitulada Quinta Inclusiva, em que diversos temas são debatidos de acordo com as demandas levantadas.

Além disso, realizamos o trabalho de conscientização contínua sobre as questões referentes ao Transtorno do Espectro Autista, que tem sua culminância anual na semana do dia 02 de abril, com apresentações e trabalhos de sensibilização nas escolas e na praça do centro da cidade. Anualmente também, organizamos o Simpósio de Educação Especial e

Inclusão Educacional, visando realizar formações e encontros que tocam temas sensíveis e necessários a toda a comunidade escolar, assim como a sociedade patiensense.

A avaliação e o monitoramento da Educação Especial em Paty do Alferes são realizados de forma contínua e sistemática, com o objetivo principal de acompanhar de maneira minuciosa e precisa o desenvolvimento e o progresso dos alunos que apresentam deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Essa abordagem, pautada em uma perspectiva inclusiva, visa garantir um ensino adaptado e individualizado, capaz de atender plenamente às demandas e às expectativas de cada estudante (Lanutí, 2024).

Também são consideradas as orientações e diretrizes presentes no Plano de Ensino Individualizado (PEI) de cada aluno, permitindo assim uma análise mais personalizada e abrangente, de acordo com suas necessidades específicas. Essa abordagem possibilita um entendimento mais completo do progresso acadêmico e pessoal de cada estudante, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e promovendo uma aprendizagem significativa (Avila, 2014).

É importante ressaltar que, em Paty do Alferes, as práticas inclusivas não se limitam apenas à acessibilidade física, curricular e pedagógica. De fato, o município está implementando iniciativas eficazes para promover a convivência saudável, a interação e a aprendizagem, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento, respeito e valorização da diversidade em todas as suas formas. As escolas de Paty do Alferes adotam estratégias inovadoras e eficientes para garantir um ambiente inclusivo e acolhedor. Um exemplo disso é a parceria com as famílias, instituições especializadas e universidades.

## **Considerações finais**

Apesar dos avanços significativos que foram alcançados nos últimos anos, ainda existem desafios que precisam ser superados para garantir a plena inclusão dos alunos com deficiência no sistema de ensino. Um desses desafios é a necessidade urgente de ampliar o acesso a recursos

pedagógicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento integral dos estudantes, garantindo, assim, a igualdade de oportunidades educacionais para todos.

Outro ponto fundamental que precisa ser considerado é a constante busca por um aprimoramento contínuo na formação dos professores. É essencial que eles estejam preparados e formados para lidar com as demandas específicas dessa parcela da população estudantil, de modo a garantir uma prática inclusiva efetiva e transformadora. É necessário investir em programas de formação e atualização docente, bem como promover espaços de reflexão e troca de experiências entre os educadores.

Além disso, cada escola precisa continuar adotando uma abordagem colaborativa, promovendo reuniões frequentes com os professores, equipe pedagógica, familiares e demais profissionais envolvidos no processo educacional. Esses encontros são importantes momentos de troca de informações, discussão de estratégias e definição de metas conjuntas para potencializar o desenvolvimento dos estudantes com deficiência (Marques; Abreu, 2011).

A colaboração com as Instituições de Educação Superior é uma realidade muito importante em Paty do Alferes, a qual valorizamos e incentivamos a troca de conhecimento e experiências. As parcerias com essas instituições têm tido um impacto significativo na formação e dos profissionais que atuam na Educação Especial, pois enriquece as práticas pedagógicas e proporciona um suporte técnico-científico extremamente valioso.

A rede de apoio e as parcerias locais desempenham um papel fundamental no fortalecimento e ampliação dos recursos disponíveis para atender de forma eficiente e adequada às demandas da Educação Especial. Através dessas parcerias, conseguimos viabilizar ações integradas que promovem a inclusão de forma plena e garantem o acesso a serviços especializados de qualidade. Perante essas conclusões, sugerimos revisões periódicas e sistemáticas na estrutura e no funcionamento da Educação Especial e Inclusiva, pautadas em amplos processos reflexivos e colaborativos.

## Referências

ARAÚJO, M. A. R.; SILVA, V. A. Desigualdade social, econômica e educacional em Paty do Alferes: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 45–57, 2018.

AVILA, Leila Lopes de. O Planejamento Educacional Individualizado para alunos com deficiência intelectual e sua articulação com o currículo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6, 2014, São Carlos. **Anais** [...]. Campinas: Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/o-planejamento-educacional-individualizado-para-alunos-com-deficiencia-intelectu?lang=pt-br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 14 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm). Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CORDEIRO, Kelly Maia; SOUZA, Izadora Martins da Silva de. Acessibilidade curricular e o desenho universal para aprendizagem como pontos de análise para a inclusão. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, set./dez. 2024, p. 1-19.

FREIRE, Paulo. Algumas notas sobre conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. **International journal of the history of education**, [S. l.], v. 1, p. 353-382, 1995. Suppl. Series. Coordenadoria de A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier. Tradução de Gizele de Souza. (Revista brasileira de história da educação, n. 1, jan./jun. 2001).

KASSAR, M. de C. M.. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. **Educação & Sociedade** (Impresso), [S. l.], v. 37, p. 1223-1240, 2016.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. Avaliação da aprendizagem na escola inclusiva: a contradição, os desafios e uma possibilidade. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 01-20, 2024.

MARQUES, V.; ABREU, J. A. Formação crítica e consciente de professores: um passo imprescindível na educação inclusiva. In: MORAES, M. A. de.; OLIVEIRA, O. C. (orgs.). **Tecnologias, linguagens e educação**: buscando diálogos, compartilhando experiências. Rio de Janeiro: Edur, 2011.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Portugal: Dom Quixote, p. 15-33, 1995.

PATY DO ALFERES (RJ). **Decreto-Lei nº 2.172, de 2015**. Dispõe sobre a Política Municipal da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Paty do Alferes: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: <http://patydoalferes.rj.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/2076-web.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2026.

PATY DO ALFERES (RJ). **Decreto-Lei nº 2.912, de 2022**. Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista. Paty do Alferes: Prefeitura Municipal, 2022a.

PATY DO ALFERES (RJ). Conselho Municipal de Educação. **Deliberação nº 15, de 8 set. 2022**. Fixa normas para a Educação Especial e inclusiva para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Paty do Alferes: Conselho Municipal de Educação, 2022b.

PATY DO ALFERES (RJ). Conselho Municipal de Educação. **Deliberação nº 16, de 7 nov. 2022**. Estabelece as Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva. Paty do Alferes: Conselho Municipal de Educação, 2022c.

PATY DO ALFERES (RJ). Conselho Municipal de Educação. **Parecer nº 003, de 29 set. 2022**. Dispõe sobre carga horária e progressão do estudante com deficiência. Paty do Alferes: Conselho Municipal de Educação, 2022d.

PATY DO ALFERES (RJ). Conselho Municipal de Educação. **Parecer nº 002, de 17 mar. 2023**. Dispõe sobre a oferta de profissionais de apoio escolar (mediadores). Paty do Alferes: Conselho Municipal de Educação, 2023.

PLETSCH, Márcia Denise; OLIVEIRA, M. C. P. de; SOUZA, I. M. da S. de; CORDEIRO, K. M. Ciência em Educação Especial: pesquisa cidadã e transformadora, acessibilidade e desenvolvimento humano. **Revista Saber Incluir, [S. l.]**, v. 2, n. 1, p. 9–26, 2024.

RODRIGUES, Karoline Santos; TEIXEIRA, Zenaide Dias; SILVA, Ronaldo Rodrigues da. Educação contemporânea: perspectiva biopsicossocial de inclusão. **Revista Thema**, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 193–210, 2023.

SILVA, J. C. L.; SANTOS, R. B. Perfil demográfico e social da população de Paty do Alferes: desafios e perspectivas. **Revista de Estudos Demográficos, [S. l.]**, v. 41, n. 3, p. 112–125, 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 325 p.

TEIXEIRA, Moisés Pires. **Formação continuada de professores: o ensino de História numa perspectiva inclusiva**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, PROFHISTÓRIA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

# **Seropédica e a construção coletiva de uma Educação Especial Inclusiva: parcerias e práticas transformadoras**

Marciel Falcão Pequeno<sup>1</sup>

Henrique Cabral Pereira<sup>2</sup>

Josely Cristina Telles<sup>3</sup>

DOI: 10.52695/978-65-5456-170-9.7

A inclusão escolar tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). No município de Seropédica, essa perspectiva tem se traduzido em ações concretas voltadas ao fortalecimento da rede de apoio à Educação Especial. A parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a participação no Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense têm sido elementos estruturantes nesse processo.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o panorama da Educação Especial no município de Seropédica, com ênfase nas Práticas Pedagógicas desenvolvidas, nos suportes oferecidos e na relevância da articulação

---

1 Atualmente é o Secretário Municipal de Educação de Seropédica.

2 Atua como Coordenador de Educação Especial de Seropédica.

3 É Diretora de Ensino de Seropédica.

interinstitucional para a consolidação de políticas inclusivas. A experiência acumulada ao longo dos últimos anos demonstra o potencial transformador da ciência cidadã e da atuação em rede, como propõe o Fórum Permanente.

## **Contexto regional e desafios locais**

Localizado na região da Baixada Fluminense, o município de Seropédica conta com uma população estimada em aproximadamente 85 mil habitantes.<sup>4</sup> Sua economia baseia-se nos setores de serviços e na agricultura familiar, destacando-se também por sediar o *campus* principal da UFRRJ, polo de formação docente e de produção científica.

A Rede Municipal de Ensino é composta por 43 unidades escolares que atendem desde a Educação Infantil até os Anos Finais do Ensino Fundamental. A ampla extensão das áreas rurais no município impõe desafios à garantia de um acesso pleno, equitativo e de qualidade para os estudantes público-alvo da Educação Especial. Para enfrentar essas dificuldades, o município tem realizado investimentos significativos em transporte escolar e na formação continuada dos profissionais da educação, além de buscar a implementação de políticas articuladas e melhorias na infraestrutura da rede.

## **A estrutura da Educação Especial em Seropédica**

### **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

A Secretaria Municipal de Educação de Seropédica vem consolidando políticas voltadas ao fortalecimento do AEE, com 12 Polos de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), estrategicamente distribuídas. Essas salas funcionam no contraturno escolar, com atividades adaptadas ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

---

4 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: Seropédica. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

A rede municipal conta com 12 professores especializados em AEE e 240 profissionais de cuidador escolar. Esses profissionais são fundamentais para a realização das atividades de vida diária e para a promoção da socialização dos estudantes.

## **Saúde escolar e equipe multiprofissional**

A integração entre as áreas de Educação e Saúde possibilita um atendimento qualificado e humanizado aos estudantes, por meio da atuação de uma Equipe Multiprofissional. Essa equipe é composta por profissionais como um médico neuropediatra responsável pela investigação clínica e emissão de laudos e diagnósticos, além de psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo e pedagogo.

O trabalho conjunto desses profissionais visa ao desenvolvimento global dos estudantes, atuando de forma integrada para identificar e superar barreiras que comprometem o processo de aprendizagem e o pleno desenvolvimento educacional.

## **CMAEE**

O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) tem como missão preparar os estudantes para uma inserção segura e gradual no ambiente escolar comum, especialmente aqueles com demandas mais intensas. As ações visam desenvolver habilidades socioemocionais, promover a autorregulação e facilitar a inclusão progressiva.

## **Atendimento em 2025**

### **Educação diferenciada e a importância do atendimento neuropediátrico**

Em 2025, um total de **1.147 estudantes** têm sido beneficiados por uma proposta de **educação diferenciada**, voltada para o atendimento das diversas necessidades educacionais. Desse total, **756 alunos possuem laudos diagnósticos formais**, enquanto **391 apresentam indicadores**

**que sinalizam a necessidade de acompanhamento especializado**, mesmo que ainda não tenham um diagnóstico clínico conclusivo.

Nesse contexto, o **atendimento neuropediátrico** tem desempenhado um papel fundamental. Sua atuação tem possibilitado **diagnósticos precoces e intervenções qualificadas**, aspectos decisivos para o desenvolvimento das crianças e adolescentes atendidos. Além disso, essa abordagem contribui significativamente para o fortalecimento do trabalho **intersetorial**, promovendo uma articulação mais eficaz entre as áreas da educação, saúde e assistência social.

Ao garantir suporte técnico e especializado, a neuropediatria oferece às equipes escolares subsídios importantes para o planejamento de estratégias pedagógicas individualizadas, respeitando as especificidades de cada aluno. Com isso, amplia-se o potencial de inclusão e a efetividade das ações educacionais, assegurando que nenhum estudante seja desconsiderado em seu processo de aprendizagem.

### **Práticas pedagógicas, formação continuada e articulação interinstitucional**

A **Política de Educação Especial** no município de **Seropédica** tem como pilares as **práticas pedagógicas colaborativas** e a **formação continuada dos profissionais da educação**. As intervenções realizadas nas **Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs)** são fundamentadas no **Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI)**, instrumento que orienta o trabalho pedagógico voltado à promoção da **autonomia dos estudantes** e ao desenvolvimento de **habilidades comunicativas, motoras e cognitivas**.

Em 2025, Seropédica passou a integrar ativamente o **Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense**, espaço de diálogo e cooperação entre municípios da região. Essa participação tem fortalecido o **intercâmbio de experiências** e a **formulação de estratégias conjuntas** frente aos desafios compartilhados no campo da inclusão escolar.

O reconhecimento das práticas adotadas no município tem extrapolado os limites locais. Seropédica teve destaque no **II Congresso Regional de Educação Inclusiva da UFRRJ (2023)**, em que suas ações foram apresentadas como exemplos bem-sucedidos de implementação da política de inclusão. No mesmo ano, foi realizada uma **formação online em parceria com a instituição privada UNINA**, ampliando o acesso à qualificação docente com foco na Educação Especial.

A experiência acumulada evidencia que a efetivação da Educação Inclusiva depende, sobretudo, de uma **articulação interinstitucional sólida**. A parceria com universidades e iniciativas de **ciência cidadã** tem contribuído para valorizar os **saberes docentes**, fomentar a **escuta ativa das famílias e promover o protagonismo dos estudantes**.

Investir em inclusão é, portanto, **reafirmar o compromisso com os Direitos Humanos** e com uma **educação de qualidade para todos**, consolidando práticas pedagógicas que reconhecem e respeitam a diversidade como princípio estruturante da escola contemporânea.

## **Fórum de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a participação de Seropédica**

A partir de 2025, o município de **Seropédica** passou a integrar oficialmente o **Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense**, unindo-se com protagonismo a essa importante rede de **diálogo, cooperação e articulação intermunicipal**. A adesão de Seropédica representa não apenas o fortalecimento do compromisso regional com a inclusão, mas também reafirma a responsabilidade do município na **construção de políticas públicas educacionais mais equitativas, sensíveis às diversidades e pautadas pelos princípios da justiça social**.

A **participação ativa de Seropédica, que abriga em seu território a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**, tem sido estratégica para ampliar o alcance e a profundidade das discussões no Fórum. Ao compartilhar suas práticas, desafios e aprendizados no campo da Educação

Especial, o município enriquece o processo coletivo de elaboração de **estratégias pedagógicas e políticas públicas regionalizadas**.

Nesse cenário, a **articulação entre a universidade e as redes municipais de ensino** surge como elemento central para o fortalecimento da Educação Inclusiva. A UFRRJ, como instituição de Ensino Superior e produtora de conhecimento, atua como parceira no desenvolvimento de **ações formativas, pesquisa aplicada e extensão universitária**, promovendo a construção de saberes que dialogam com as realidades vividas pelas escolas públicas. Tal integração valoriza as **especificidades locais**, amplia as possibilidades de **intervenção qualificada** e promove um olhar mais contextualizado e efetivo sobre os processos de ensino e aprendizagem.

Seropédica, nesse contexto, consolida-se como um **polo de articulação entre os saberes acadêmicos e as práticas da Educação Básica**, destacando-se como exemplo de **gestão democrática, colaborativa e comprometida com a inclusão**. O município evidencia que o fortalecimento das políticas educacionais passa, necessariamente, por espaços coletivos de escuta, debate e planejamento, em que as vozes dos educadores, pesquisadores, gestores e comunidades escolares são consideradas na **construção de uma Educação Pública, Inclusiva, democrática e transformadora**.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU/EDUR, 2014.

SEROPÉDICA (RJ). **Secretaria Municipal de Educação**. Relatório Técnico da Educação Especial. Seropédica: Secretaria Municipal de Educação, 2024.



---

Copyright © 2026 Encontrografia Editora.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização da editora.

---



O Fórum Permanente de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Baixada e Sul Fluminense é um projeto coletivo que vem, desde 2015, produzindo ações em prol da inclusão educacional de pessoas com deficiência, transtornos do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação. É um projeto coletivo que atua na organização de projetos de pesquisas e atividades de extensão, sobretudo de formação continuada de professores em Educação Especial na perspectiva inclusiva. Igualmente, tem se dedicado a divulgar políticas e práticas pedagógicas inclusivas e sustentáveis. A proposta desta obra, que comemora os 10 anos do Fórum, é justamente dar visibilidade ao trabalho realizado por gestoras e gestores em Educação Especial que integram esse coletivo.



encontrografia

encontrografia.com  
[www.facebook.com/Encontrografia-Editora](https://www.facebook.com/Encontrografia-Editora)  
[www.instagram.com/encontrografiaeditora](https://www.instagram.com/encontrografiaeditora)  
[www.twitter.com/encontrografia](https://www.twitter.com/encontrografia)